PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO Nº: 058/2018

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL – SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO Nº049/2018

TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO POR ITEM

DATA E HORÁRIO DE ABERTURA: 21/08/2018 AS 07h30min (horário de Cuiabá).

ENDEREÇO ELETRÔNICO: http://www.gauchadonorte.mt.gov.br

ENDEREÇO: RUA PARÁ ESQUINA COM RUA BRASÍLIA, Nº229 – CENTRO – CEP: 78875-000-GAÚCHA DO NORTE – MT.

EDITAL

" PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE ME – EPP "

LEI FEDERAL COMPLEMENTAR Nº 147/2014 -

RESOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 17/2015 – TCE/MT

1- PREÂMBULO

1.1- O município de Gaúcha do Norte-MT, por meio de sua Pregoeira Oficial designado pelo Decreto Municipal nº. 790/2018, de 02 de abril de 2018, torna público para conhecimento dos interessados que no **dia 21 de Agosto de 2018 as 07h30min** (horário de Cuiabá MT) na sala de Licitações no prédio da Prefeitura Municipal onde acontecerá o Procedimento Licitatório para contratação de empresa especializada em fornecimento de **MATERIAL DE CONSTRUÇÃO,** para atender as demandas das Secretarias Municipais, *de forma contínua e fracionada*, com obediência a Lei Nº. 10.520 de 17 de Julho de 2002 e subsidiariamente à Lei Nº. 8.666/93 (e suas alterações posteriores), Decreto Federal 3.555 de 08 de agosto de 2000 que regulamenta o Pregão Presencial, acontecerá o **PREGÃO PRESENCIAL COM SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS** do tipo **MENOR PREÇO,** conforme descrito neste Edital e seus anexos.

1.2 - Entende-se por Micro Empresas ou Empresas de Pequeno Porte aptas a participar do presente certame aquelas definidas no Artigo 3º da Lei Complementar n.º 123-2009 e que não se enquadram em nenhuma das situações previstas no § 4º deste mesmo Artigo 3º da Lei Complementar 123/2006 c/ alterações pela Lei Complementar 147/2014.

1.3 - O presente edital atenderá as disposições contidas no Decreto Federal nº 7.892/2013, de 23/01/2013 e suas alterações posteriores, e, diante disso está sujeito à autorizar a adesão por outros órgãos ou entidades Municipais, Estaduais ou Distritais, à Ata de Registro de Preços a ser firmada, devendo obedecer o que determina o Art. 22, parágrafos 1º ao 9º do Decreto Federal acima mencionado, **sob o sistema de Registro de Preços. "Art.15 inciso V parágrafo 4º - A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições." REGISTRO DE PREÇOS, Lei Federal n° 8.666/93** além das disposições legais pertinentes a matéria e do disposto no presente edital.

2 - DO OBJETO E DA SESSÃO PÚBLICA

2.1 - O presente Pregão Presencial tem por **OBJETO**: Registro de preços para futura e eventual aquisição de **MATERIAL DE CONSTRUÇÃO**, conforme especificações deste edital e CONFORME ANEXO I – TERMO DE REFERENCIA.

2.2 – Os interessados poderão retirar o Edital completo, na Sitio da Prefeitura Municipal, **www.gauchadonorte.mt.gov.br** ou ainda por e-mail **licitacaogauchadonorte@gmailcom** até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes.

2.3 - Todas as informações que o Pregoeiro julgar importantes será disponibilizado no site **www.gauchadonorte.mt.gov.br** no campo Licitações**: (Adiamento, Revogação, Retificação ou Esclarecimento)**, razão pela qual as empresas interessadas deverão consultá-lo obrigatoriamente até a data prevista para abertura da sessão.

2.4 - Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente de caráter público, que impeça a realização deste Pregão Presencial no horário e data marcada, a licitação ficará automaticamente prorrogada para o primeiro dia útil subsequente, independente de nova convocação.

2.5 - No local acima indicado, serão realizados os procedimentos pertinentes a este Pregão, com respeito ao:

a. Credenciamento dos representantes legais dos licitantes interessados em participar deste Pregão;

b. Recebimento da declaração de habilitação e dos envelopes "Proposta de Preços" e "Documentação de Habilitação";

c. Abertura dos envelopes "Proposta de Preços" e exame da conformidade das propostas;

d. Divulgação dos licitantes classificados e dos desclassificados;

Condução dos trabalhos relativos aos lances verbais;

f. Abertura do envelope "Documentação de Habilitação" do licitante detentor do menor preço e exame da habilitação e verificação da situação dos licitantes perante as exigências contidas neste Edital;

g. Outros que se fizerem necessários à realização deste Pregão.

3 - DOS ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

3.1 – Conforme previsto no Art. 12 do Dec. nº 3.555/00, **até 02 (dois) úteis antes da data fixada para recebimento das propostas**, **até as 17h00minhrs**, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do pregão, devendo fazê-lo por escrito, dirigidas ao pregoeiro, o qual deverá ser protocolado no Setor de Licitações da PMGN, sito a Rua Pará esquina com Rua Brasília, nº229- Centro, Gaúcha do Norte-MT, nos dias úteis, ou ainda pelo e-mail: **licitacaogauchadonorte@gmail.com** ou ainda por fax, devendo fazê-lo por escrito, dirigidas ao pregoeiro, o qual deverá ser protocolado no Setor de Licitações da PMGN nos dias úteis das 07h00min às 17h00min.

3.2 - Caberá ao pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de **24h** (vinte e quatro) horas.

3.3 - A ocorrência de impugnação de caráter meramente protelatório, ensejando assim o retardamento de execução do certame, a autoridade competente poderá, assegurado o contraditório e a ampla defesa, aplicar a pena estabelecida no artigo 7 da Lei nº 10.520/2002 e legislação vigente.

3.4 - Qualquer modificação no Edital exige divulgação pelo mesmo instrumento de publicação em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

3.5 - Acolhida à petição contra o ato convocatório, será designado nova data para a realização do certame.

4 - DA PARTICIPAÇÃO

4.1 - Poderão participar do certame exclusivamente as empresas enquadradas como MICRO EMPREENDEDORES INDIVIDUAIS (MEI), MICRO-EMPRESAS (ME) e EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP), classificadas como tais no artigo 3º da lei federal nº 123/2006, com alterações pela Lei Complementar nº 147/2014 e ainda nos termos da Resolução de Consulta nº 17/2015 – TP, processo 19.396-8/2015 do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso **e** que comprovarem através de documentação que a **atividade econômica da empresa é pertinente e compatível** e que atenderem a todas as exigências constantes deste Edital e seus Anexos.

4.1.1 – Haverá neste processo itens de participação exclusiva as empresas enquadradas como MICRO EMPREENDEDORES INDIVIDUAIS (MEI), MICROEMPRESAS (ME) e EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP), classificadas como tais no artigo 3º da lei federal nº 123/2006, com alterações pela Lei Complementar nº 147/2014 e ainda nos termos da Resolução de Consulta nº 17/2015 – TP, processo 19.396-8/2015 do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

4.1.2 - Para os efeitos desta Lei Complementar, consideram-se microempresas ou empresas de pequeno porte a sociedade empresária, a sociedade simples, a empresa individual de responsabilidade limitada e o empresário a que se refere o art. 966 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), devidamente registrados no Registro de Empresas Mercantis ou no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, conforme o caso, desde que:

I - no caso de microempreendedor individual (MEI) aufira, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a **R$ 60.000,00 (sessenta mil reais)**; e

II - no caso da microempresa (ME) aufira, em cada ano-calendário, receita bruta igual ou inferior a **R$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais)**; e

III - no caso da empresa de pequeno porte (EPP) aufira, em cada ano-calendário, receita bruta superior **a R$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais)** e igual ou inferior a **R$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais).**

4.2 - A participação nesta licitação significa:

a - Que a empresa e as pessoas que a representam leram este edital, conhecem e concordam plenamente com as instruções, deveres e direitos aqui descritos;

b - Conhecem a legislação desta modalidade de licitação, bem como àquelas que indiretamente a regulam;

c - Conhecem e entendem a dinâmica e operacionalização do pregão em sua forma presencial;

d- Tem plena ciência de que não cabe, após sua abertura, alegação de desconhecimento de seus itens, das condições de fornecimento ou participação ou questionamento quanto ao seu conteúdo. Antes de elaborar suas propostas, as licitantes deverão ler atentamente todo o edital, e demais documentos anexos.

4.3 - SERÁ VEDADA A PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS:

a - Que por quaisquer motivos, tenham sidas declaradas inidôneas ou punidas com suspensão por Órgão da Administração Pública Direta ou Indireta, nas esferas Federal, Estadual ou Municipal, desde que o Ato tenha sido publicado na Imprensa Oficial, conforme o caso, pelo Órgão que o praticou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição;

b – Sob processo de falência, recuperação judicial ou insolvência civil;

c - Impedidas de licitar e contratar com a Administração e quaisquer de seus órgãos descentralizados;

d - Reunidas em Consórcio que não cumprirem as exigências constantes no artigo 33 da Lei Federal 8.666/93 e seus respectivos incisos e parágrafos;

e - Sue empreitadas quais seja sua modalidade de serviços e/ou aquisições;

f - Enquadradas nas disposições do artigo 9º da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações;

g - Que tenham em seu quadro servidor de qualquer órgão ou entidade vinculada a PMGN/MT, bem assim a empresa da qual tal servidor seja sócio, dirigente ou responsável técnico;

h - Que não atendam a todos os termos e condições do edital e legislação pertinente.

5 - DO REGISTRO DE PREÇOS

5.1 - SISTEMAS DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP) – conjunto de procedimentos para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens, para contratações futuras.

5.2 – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – documento vinculativo, obrigacional, com característica de compromisso para futura contratação, onde se registram os preços, fornecedores, órgãos participantes e condições a serem praticadas, conforme as disposições contidas no instrumento convocatório e propostas apresentadas.

5.3 - Após a homologação da presente licitação, será assinada a **Ata De Registro De Preços** entre as partes, **conforme Anexo XI**, com prazo de **VALIDADE DE 12 (DOZE) MESES**, contados a partir da publicação da respectiva ata.

5.4 - O preço registrado e a indicação dos respectivos fornecedores serão publicados trimestralmente na imprensa oficial.

5.5 - A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

5.6 - A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, durante a sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

5.7 - ÓRGÃO PARTICIPANTE é a(s) Secretaria(s) que participa(m) dos procedimentos iniciais do SRP e integra(m) a Ata de Registro de Preços.

5.8 - ÓRGÃO GERENCIADOR é o Órgão da Administração responsável pela condução do conjunto de procedimentos do certame para registro de preços e gerenciamento da Ata de Registro de Preços.

6 - DO CREDENCIAMENTO

6.1 - O credenciamento é condição obrigatória para a participação dos licitantes na etapa de apresentação de lances verbais, bem como se manifestar sobre outros atos pertinentes ao presente procedimento licitatórios (artigo 4º, inciso VI, da Lei nº 10.520/2002 e artigo 11, inciso IV do Decreto nº 3.555/2000).

6.2 - Para o credenciamento deverão ser apresentados **fora dos envelopes I e II** os seguintes documentos:

6.2.1 – POR SÓCIO OU EMPRESÁRIO:

a – Cópia autenticada do Estatuto Social, Contrato Social, Requerimento de Empresário, Certificado na condição de MEI – Micro Empreendedor Individual ou outro instrumento de registro comercial, devidamente registrados na Junta Comercial, no qual estejam expressos seus poderes para exercerem direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

b – Cópia autenticada do RG e CPF do sócio ou empresário;

******* quando os documentos supracitados forem apresentados no credenciamento, não há necessidade de apresentar novamente no envelope de documentação;***

6.2.2 - POR PROCURADOR:

a - Procuração por instrumento público ou particular, da qual **constem poderes específicos** para formular lances, negociar preço, interpor recursos, desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame.

b - Cópia autenticada do RG e CPF do representante;

***** Poderá ser usado alternativamente o Termo de Credenciamento* ***conforme modelo no Anexo VII*** *ao Edital.*

***** A Procuração ou Termo de Credenciamento deverá ser apresentado* ***com firma reconhecida em cartório****.*

6.2.3 – DECLARAÇÕES:

a - DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO de acordo com modelo no **Anexo V** ao Edital **ou de acordo** com modelo no **Anexo VI** ao Edital, neste caso ***somente para as Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte que porventura estiverem com alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal*.**

b – DECLARAÇÃO DE RENUNCIA. Modelo **anexo XIII**;

b.1 - A apresentação do disposto no subitem anterior é facultativa*, visando unicamente agilizar o andamento do processo na hipótese do licitante interessada não se fazer representar por pessoa devidamente credenciada, sendo que a sua ausência de apresentação,* ***não implicará na inabilitação da proponente****, podendo o referido Termo ser apresentado no transcurso das sessões;*

6.3 - A microempresa ou empresa de pequeno porte que desejar optar pela fruição dos benefícios estabelecidos na Lei Complementar Federal n.º 123/2006 deverá apresentar:

a - DECLARAÇÃO ASSINADA PELO REPRESENTANTE LEGAL E CONTADOR RESPONSÁVEL DA EMPRESA sob as penas da Lei, indicando se a empresa participante se enquadra como ME e EPP **(ANEXO VIII);**

a.1 – *Apresentar juntamente com a Declaração,* ***Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial*** *do respectivo Estado* ***com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias****, ou documento substitutivo idôneo emitido por entidade/órgão público idôneo capaz de comprovar* ***de que está enquadrada como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.***

a.2 – fica dispensada de apresentar a certidão simplificada e a declaração assinada pelo contador constante na alínea "A" *acima mencionada a empresa na condição de* ***MEI/SIMEI, a qual deverá neste caso apresentar a comprovação de opção pelo simples nacional*** *emitido no link abaixo:*

http://www8.receita.fazenda.gov.br/simplesnacional/aplicacoes.aspx?id=21*, *juntamente com a declaração assinada pelo representante legal.

6.4 - O descumprimento das exigências do item 6.3 significa renúncia expressa e consciente, desobrigando a Pregoeira, dos benefícios da Lei Complementar 123/2006 aplicável ao presente certame.

6.5 - A responsabilidade pela declaração de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte é única e exclusiva do licitante que, inclusive, se sujeita a todas as consequências legais que possam advir de um enquadramento falso ou errôneo.

6.6 - O representante legal e/ou procurador deverá identificar-se exibindo documento oficial de identificação que contenha foto.

6.7 - A ausência de representante da empresa licitante ou a falta dos poderes do representante presente para formulação de propostas e/ou oferta de novos preços, impedirá a empresa de participar dos lances verbais. Ficando registrado o preço constante na proposta escrita.

6.8 - Será admitido apenas 01 (um) representante para cada licitante credenciada, sendo que cada um deles poderá representar apenas uma credenciada.

6.9 - A ausência do Credenciado, em qualquer momento da sessão, poderá importar a imediata exclusão do licitante por ele representado, salvo autorização expressa do Pregoeiro.

7 - DO RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES

7.1 - Os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos na sessão pública do Pregão, **as 07h30min, com tolerância máxima de 10 (dez) minutos.**

7.2 - A sessão será conduzida pelo Pregoeiro com o auxílio da Equipe de Apoio, designados nos autos do processo em epígrafe.

7.3 - A **proposta e os documentos para habilitação** deverão ser apresentados, **separadamente em envelopes fechados e indevassáveis**, contendo em sua parte externa, além do nome da proponente, os seguintes dizeres:

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GAÚCHA DO NORTE

ENVELOPE Nº. 01 – "PROPOSTA DE PREÇOS"

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 058/2018

PROCESSO Nº. 049/2018

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE GAÚCHA DO NORTE

ENVELOPE Nº. 02 – "DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO"

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 058/2018

PROCESSO Nº. 049/2018

7.4 - A ausência de dizeres na parte externa do envelope não constituirá motivo para desclassificação da licitante que poderá regularizá-lo no ato da entrega;

7.4.1 - Caso eventualmente ocorra a abertura do Envelope 02 (Habilitação) antes do Envelope de Proposta de Preços, este será novamente lacrado sem análise de seu conteúdo e rubricado o lacre por todos os presentes; **7.5 -** Os envelopes de habilitação não abertos, ficarão à disposição dos licitantes para retirada, na Seção de Licitações, pelo prazo de até 60 dias, após a homologação do certame;

7.5.1 - Os envelopes que não forem retirados no prazo e local supracitado poderá ser inutilizados pela Administração.

8 - CONTEÚDOS DO ENVELOPE I – PROPOSTA COMERCIAL

8.1 – As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório e anexo, que dele fazem parte integrante.

8.2 - A proposta deverá ser elaborada através do sistema fornecido pela prefeitura municipal de Gaúcha do Norte-MT (COPLAN), preferencialmente em papel timbrado da empresa, **se possível**, impressa, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas e ser datada e assinada pelo representante legal da licitante ou pelo procurador juntando-se a procuração (quando não apresentada no credenciamento).

8.3 - A proposta de preço deverá conter os seguintes elementos:

a - Preço unitário **MARCA** e preço total para cada item, expressos em moeda corrente nacional com até duas casas decimais;

b - Preço global, expressos em moeda corrente nacional;

c - Especificação completa do produto cotado, de acordo com as características apresentadas no **Termo de Referência**;

d - Prazo de entrega estabelecido no **Termo de Referência**;

8.4- A apresentação da proposta implicará na plena aceitação por parte do proponente das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

8.5 – Não será admitida cotação superior ao valor médio estimado.

8.6 - É permitido aos licitantes cotarem um, alguns ou todos os lotes deste edital.

8.7 - A Proposta Comercial apresentada em desacordo com este Edital ou o preenchimento incorreto dos itens necessários para o julgamento implicará na desclassificação.

8.8 - Para a formalização da proposta de preços, a licitante DEVERÁ preencher sua proposta diretamente no sistema COPLAN e apresentá-la em disco removível (pen-drive ou cd), juntamente com sua proposta de preços impressa no padrão do SISTEMA COPLAN, de acordo com o modelo anexo II.

8.8.1 - Para digitar a proposta, o setor de licitação disponibilizará o arquivo com o programa a ser baixado e nele a proposta preenchida pelo licitante.

8.8.2 -Para ter acesso ao programa o licitante deverá apresentar no ato da de retirada do edital completo um pen-drive para a cópia ou solicitar por e-mail no endereço: licitacaogauchadonorte@gmail.com.

8.9 – As empresas que por ventura tiverem alguma dificuldade na formalização das propostas através do sistema COPLAN deverão procurar o setor de licitações da Prefeitura

Municipal de Gaúcha do Norte que estará à disposição para esclarecer todas as dúvidas necessárias.

9 - DO PROCEDIMENTO E DO JULGAMENTO

9.1 - A presente licitação tem por objetivo **SELECIONAR A PROPOSTA MAIS VANTAJOSA PARA A ADMINISTRAÇÃO,** tendo como critério de julgamento o **MENOR PREÇO POR ÍTEM**, conforme especificado no **anexo I** deste edital.

9.2 - No dia, horário e local indicado no item 2.2 acima, a comissão receberá os envelopes de proposta de preços e habilitação e posteriormente iniciará o credenciamento dos interessados em participar do certame.

9.3 - No credenciamento, os licitantes entregarão ao Pregoeiro a **DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO. Anexo V ou VI**.

9.4 - Encerrado o horário da entrega dos envelopes de proposta e habilitação, estabelecido nos itens 2.2 e 7.1 deste edital, não haverá a possibilidade de admissão de novos participantes no certame.

9.5 - A análise das propostas pelo Pregoeiro visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, sendo desclassificadas as propostas:

a - Cujo objeto não atenda às especificações, prazos e condições fixados no Edital.

9.6 - No tocante aos preços, as propostas serão verificadas quanto à exatidão das operações aritméticas que conduziram ao valor total orçado, procedendo-se às correções no caso de eventuais erros, tomando-se como corretos os preços unitários. As correções efetuadas serão consideradas para apuração do valor da proposta.

9.7 - Serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas das demais licitantes.

9.8 - As propostas que atenderem aos requisitos do edital, no exame de conformidade, serão selecionadas para a etapa de lances, com observância dos seguintes critérios:

a. Seleção da proposta de menor preço e as demais com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela;

b. Não havendo pelo menos 03 (três) preços na condição definida na alínea anterior, serão selecionadas as propostas que apresentarem os menores preços, até o máximo de 3 (três).

c. Em caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.

10 - DOS LANCES

10.1 - O Pregoeiro convidará individualmente os autores das propostas classificadas a formular lances de forma sequencial, a partir do autor da proposta de maior preço e os demais em ordem decrescente, decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate.

10.2 - Os lances deverão ser formulados em valores distintos, sucessivos e decrescentes.

10.3 - O pregoeiro poderá estabelecer, nesta fase, o intervalo, bem como, o valor mínimo entre os lances.

10.4 - A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinar da formulação de lances.

10.5 - A desistência em apresentar lances verbais, quando convocado pelo pregoeiro, implicará a exclusão do licitante da etapa de lances e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de ordenação das propostas. Caso não se realize lance verbal, será verificado a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação.

10.6 - Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se a proponente desistente as penalidades constantes na legislação vigente.

10.7 - Encerrada a etapa de lances, serão classificadas as propostas selecionadas e não sendo selecionadas, sendo verificada a ocorrência de empate técnico, através dos termos do art. 44 da Lei Complementar nº. 123/06, será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, para a etapa de lances, na ordem crescente dos valores, considerando-se para as selecionadas o último preço ofertado.

10.7.1 - Entende-se por empate técnico aquela situação em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5 % (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

10.7.2 - Para efeito do disposto no item acima, ocorrendo o empate técnico, serão adotados os seguintes procedimentos:

a - microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para, em querendo, apresentar nova proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, no prazo máximo de 05 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

b - não ocorrendo a contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma da alínea "a" acima, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do subitem 10.7.1 acima, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

c - no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido no subitem 10.7.1 acima, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

10.8 - O Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor com vistas à redução do preço.

10.9 - Após a negociação, se houver o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do menor preço.

10.10 - Se a oferta não for aceitável, ou se a licitante desatender as exigências para a habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda os requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.

10.11 - Considerada aceitável a oferta de menor preço, será aberto o Envelope nº. II, contendo os documentos de habilitação.

11 - DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO

11.1 - A documentação poderá ser apresentada em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou por membro da Equipe de Apoio do Pregão, ou, ainda, por publicação em órgão de imprensa oficial.

11.1.1 - A autenticação, quando feita pela Pregoeira ou por servidor integrante da Equipe de Apoio ao Pregoeiro, deverá ser efetuada no espaço Municipal, na Rua Pará esquina com Rua Brasília, Nº 229-Centro, Gaúcha do Norte/MT, no horário das 07h00min às 11h00min e das 13h00min às 17h00min (horário de Cuiabá), ou ainda durante a sessão de abertura mediante a apresentação dos documentos originais.

11.1.2 - Os documentos emitidos via internet somente serão aceitos quando apresentados em sua via original, e será verificada a sua autenticidade via internet; sob pena de desclassificação do certame.

11.1.3 - É terminantemente proibida a autenticação de cópia de documentos cujo original tenha sido impresso via internet, conforme disposto no Art. 9, precisamente em sua seção 6 que trata dos atos de autenticação, da Consolidação das Normas Gerais da Corregedoria Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso; sob pena de desclassificação do certame.

11.2 - As **MICROEMPRESAS e EMPRESAS de PEQUENO PORTE**, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.

a - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal do item acima, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação;

b - A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem acima, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº. 8.666/93 e art. 7º da Lei nº. 10.520/02, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato a ser firmado, ou revogar a licitação.

11.3 - Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas até 90 (noventa) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.

11.4 - Sob pena de inabilitação, todos os documentos apresentados para a habilitação deverão estar em nome da licitante e com número do CNPJ, com o endereço respectivo, ou seja, se a licitante for a Matriz, todos os documentos deverão estar em nome da Matriz; ou se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, salvo:

11.4.1 - Serão dispensados da Filial aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da Matriz.

11.5 - Poderá a Pregoeira declarar qualquer fato formal, desde que não implique desobediência à legislação e evidente a vantagem para a Administração, devendo também, se necessário promover diligência para dirimir a dúvida, cabendo, inclusive estabelecer um prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas para a solução.

11.6 - Constatada através da diligência o não atendimento ao estabelecido, a Pregoeira considerará o proponente inabilitado e prosseguirá a sessão.

11.7 - Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste Edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame.

12 - DO CONTEÚDO DO ENVELOPE - "DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO"

12.1 - A Pregoeira reserva-se o direito de solicitar o original de qualquer documento, sempre que tiver dúvida e julgar necessário.

12.2 - Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitações de documentos em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

12.3 - Não serão aceitos documentos cujas datas estejam rasuradas.

12.4 - A Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte/MT poderá utilizar os sites oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões para comprovação da regularidade do licitante.

12.5 - O **Envelope "Documentos de Habilitação"** deverá conter os documentos preferencialmente em ordem, a seguir relacionados os quais dizem respeito a:

12.5.1 – HABILITAÇÃO JURÍDICA

a – cédula de identidade e CPF dos sócios (cópia autenticada):

b – Cópia do Certificado da Condição de MEI ou **Registro comercial no caso de empresa individual**, caso não tenha sido entregue por ocasião do credenciamento **(cópia autenticada).**

c - Ato constitutivo em vigor (contrato social), devidamente registrado, para as sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado dos documentos comprobatórios de eleição de seus administradores, caso não tenha sido entregue por ocasião do credenciamento **(cópia autenticada).**

d - Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada da prova de diretoria em exercício.

***** deverá apresentar o **documento de constituição da empresa e as alterações posteriores quando houver**, exceto se a última alteração for consolidada.*

***** quando os documentos supracitados forem apresentados no credenciamento, não há necessidade de apresentar novamente no envelope de documentação;*

12.5.2 - REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

a – Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas **(CNPJ)**;

b – Prova de Inscrição no Cadastro de **Contribuintes Estadual e/ou Municipal**, relativa ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c - Prova de regularidade para com a Fazenda Nacional **(Dívida Ativa da União e Contribuições Federais)** em conjunto com a **Seguridade Social (INSS)** emitida pela receita Federal do Brasil de acordo com a Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, DE 02/10/2014;

d - Prova de regularidade junto ao **(FGTS)**;

e - Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, sendo que, as empresas do Estado de Mato Grosso deverão apresentar a CND **p/ participação em Licitações públicas**;

e.1 – As empresas de outros estados deverão apresentar também a certidão negativa de débitos junto ao Estado de Mato Grosso, sendo a CND p/ participação em Licitações públicas, caso contrário serão desclassificadas;

f - Prova de regularidade para com a **Fazenda Municipal** do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma de lei.

g - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

12.5.3 - QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA

a - Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social (2016), já exigíveis e apresentados na forma da lei, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, **devidamente assinado pelo contador e pelo responsável da empresa, devendo apresentar ainda o termo de abertura e termo de encerramento dos livros diários devidamente registrados no respectivo órgão comercial (Junta Comercial)** conforme determina a Resolução de Consulta n° 20/2013 do TCE/MT **mesmo para empresas ME's e EPP's (cópia autenticada);**

b.1 – As empresas que realizam a Escrituração Contábil Digital - ECD (via SPED CONTÁBIL) poderão encaminhar o BALANÇO PATRIMONIAL e as DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS somente nos formatos de documentos enviados eletronicamente via SPED, juntamente com os devidos termos de abertura e encerramento enviados e registrados eletronicamente;

b.2 – As empresas constituídas no ano de 2018 deverão apresentar o balanço patrimonial de abertura devidamente registrado na junta comercial;

b.3 – fica dispensada de apresentar o documento acima mencionado a empresa na condição de MEI/SIMEI, sendo que neste caso deverá apresentar a declaração em ANEXO MODELO XII, juntamente com o comprovante de opção pelo simples nacional emitido no link

abaixo: ***http://www8.receita.fazenda.gov.br/simplesnacional/aplicacoes.aspx?id=21, juntamente com a declaração assinada pelo representante legal.***

12.5.4 - DECLARAÇÕES

a - DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, de que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz. Modelo no **Anexo IV**.

b - DECLARAÇÃO ATESTANDO A INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO DE SUA HABILITAÇÃO, assinada por sócio, dirigente, proprietário ou procurador da empresa, devidamente identificado, sendo que, se firmado por este último deverá estar acompanhada por instrumento particular ou público de outorga de mandato. Modelo no **Anexo III**.

c - DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA. Modelo no **Anexo IX**.

13 - DO RECURSO

13.1 - No final da sessão, **a licitante que quiser recorrer deverá manifestar imediata e motivadamente a sua intenção com registro em ata da síntese das suas razões**, abrindo-se então o prazo de 03 (três) dias para apresentação de memoriais, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentar contra - razões em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

13.2 - Interposto o recurso, a Pregoeira poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado à autoridade competente.

13.3 - A alegação de preço inexequível por parte de uma licitante com relação à proposta de preços de outra licitante, deverá ser devidamente comprovada sob pena de não conhecimento do recurso interposto.

13.4 - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos procedimentos praticados, a autoridade competente Homologará à adjudicatária para determinar a contratação.

13.5 - O recurso tempestivamente interposto terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará apenas a invalidação dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.6 - Os autos do procedimento permanecerão com vista franqueada aos interessados, na sede da Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte-MT, na Comissão Permanente de Licitações/Pregoeiro e equipe de apoio.

13.7 - A ausência de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso, a adjudicação do objeto do certame pelo Pregoeiro à licitante vencedora e o encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação.

14 - DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO

14.1 - Os materiais de consumo deverão ser entregues de acordo com as necessidades e demandas das Secretarias Municipais, mediante a autorização por escrito.

14.2 – A empresa terá o prazo de até 05 (cinco) dias corridos, com tolerância e justificativa, excepcionalmente de no máximo 01 (um) dia corrido contados da data da ordem de fornecimento do setor de compras do Munícipio.

14.2.2 – A critério das Secretarias Municipais, poderá ser solicitado que a empresa vencedora entregue as mercadorias no local onde deverão estar incluídos nos preços as despesas de frete, carga, descarga, etc.;

14.3 – As mercadorias deverão estar de acordo com a qualidade e quantidade especificada no Termo de Referência – Anexo I deste Edital, sendo que a inobservância destas condições implicará recusa sem que caiba qualquer tipo de reclamação por parte da contratada.

14.4 - Os materiais deverão seguir as normais exigidas pela legislação vigente.

14.5 - Constatadas irregularidades no Termo de Fornecimento, o Contratante poderá:

a. Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

b. Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

15 - DA FORMA DE PAGAMENTO

15.1 - O pagamento será efetuado **em até 30 (trinta) dias** após a apresentação da Nota Fiscal, contendo a modalidade e o nº. da licitação, agência e conta corrente em nome da proponente do banco a ser depositado.

15.2 - As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à Contratada e seu vencimento ocorrerá em 30 (trinta) dias após a data de sua apresentação válida.

15.3 - Será considerado como inadimplemento o atraso superior a 30 (Trinta) dias.

15.4 - Só haverá compensações financeiras e penalizações por eventuais atrasos e descontos por eventuais antecipações de pagamentos se houver acordo entre as partes.

16 - DAS OBRIGAÇÕES DA ADJUDICATÁRIA

16.1 - O contratado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias de até 25% (vinte e cinco por cento) conforme trata o § 1º do art. 65, da Lei nº. 8.666/93.

16.2 - Assinar a **Ata de Registro de Preços, no prazo de até 03 (três) dias úteis,** a contar da notificação.

16.3 - Uma vez comunicada de que a Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte efetivará a contratação, a licitante vencedora deverá comparecer em até 02 (dois) dias úteis seguintes à comunicação, para assinatura de contrato e/ou retirada da Ordem de Fornecimento, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital. Assinado o contrato e/ou recebida a Ordem de Fornecimento, a empresa vencedora do certame obriga-se a:

16.3.1 - Proceder ao fornecimento, dentro das condições, prazos e preços ajustados na Ata de Registro de Preços;

16.3.2 - Dar plena e total garantia quanto à qualidade dos exames executados, responsabilizando-se quanto a qualquer problema ou reclamação que possam surgir durante a vigência do Contrato;

16.3.3 - Encaminhar a Nota Fiscal à Secretaria para atesto e posterior encaminhamento a Contabilidade a fim de efetivação do pagamento devido;

16.3.4 - Prestar esclarecimentos que forem solicitados pelo **setor de compras, e todas as Secretarias ou outro Órgão fiscalizador**, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente;

16.3.5 - Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços;

16.3.6 - Não transferir a terceiros, quer total ou parcialmente, o objeto a ser contratado, sem a devida anuência da Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte-MT;

16.3.7 - Reparar, corrigir, refazer ou substituir, no todo ou em parte, em até **02** (**dois**) **dias** após a notificação, os materiais que apresentarem qualquer impropriedade, sem implicar custos adicionais aos preços contratados;

16.3.8 - Arcar com todas as despesas diretas ou indiretas, decorrentes as obrigações assumidas sem qualquer ônus para a PMGN;

16.3.9 - Manter as condições de habilitação e qualificação exigidas para a sua contratação;

16.3.10 - Na hipótese de complementação, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação do Contratante, imediatamente contados da notificação por escrito, mantidos o preço inicialmente contratado;

16.3.11 - Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo.

17 - DAS OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA

17.1 - Uma vez firmada a contratação, a Prefeitura se obriga a:

17.1.1 - Convocar a licitante vencedora, em conformidade com o art. 64 da Lei nº. 8.666/93, para retirar a Ordem de Fornecimento;

17.1.2 - Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitadas relativamente ao objeto deste Edital;

17.1.3 - Efetuar o pagamento nas condições de preço e prazo estabelecidos neste Edital;

17.1.4 - Notificar por escrito, à contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante a execução e no recebimento dos produtos;

17.1.5 - Zelar para que sejam cumpridas as obrigações assumidas pela contratada, bem como sejam mantidas todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

17.1.6 - Proporcionar todas as facilidades para que o fornecedor possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições deste processo de venda;

17.1.7 Rejeitar, no todo ou em parte, as mercadorias e/ou produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo fornecedor;

18 - DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

18.1 - Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, a pessoa que praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002.

18.2 - A penalidade será obrigatoriamente registrada no SICAF e no caso de suspensão de licitar, a CONTRATADA deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízos das multas previstas neste Edital, no Contrato e demais cominações legais.

18.3 - As sanções de que tratam o item 18.1 serão aplicadas pela Secretaria de Administração, salvo a de declaração de inidoneidade, a qual deverá ser proposta ao Excelentíssimo Senhor Prefeito, mediante parecer fundamentado.

18.4 - A aplicação das sanções será efetuada mediante processo administrativo instaurado para esta finalidade, aberto mediante requerimento devidamente fundamentado apresentado pelo Setor de Compras da Prefeitura, observado o contraditório e a ampla defesa no âmbito administrativo, observando-se ainda as disposições da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais legislações vigentes, no que couber.

18.5 - Após instauração do processo administrativo, será comunicado ao representante da empresa contratada a ocorrência e a intenção de aplicação da penalidade, abrindo-se o prazo de 5 (cinco) dias úteis para oferecimento de defesa prévia.

18.6 - No caso de aplicação da penalidade de declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública, o prazo para o oferecimento de defesa prévia será de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação e abertura de vista dos autos na sede do órgão licitador.

18.7 - Pela inexecução total ou parcial do contrato ou pelo atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado à multa de mora, na forma prevista no Art. 86 e Art. 87 da Lei nº. 8.666/93; a Administração poderá garantida a prévia defesa, aplicar ao Contratado as seguintes sanções:

I - ADVERTÊNCIA

18.7.1 - A aplicação da sanção administrativa de advertência pode ser efetuada nos seguintes casos:

a - Descumprimento das obrigações assumidas contratualmente ou na licitação, desde que não acarretem prejuízos para a CONTRATANTE, independentemente da aplicação de multa;

b - Execução insatisfatória ou inexecução dos fornecimentos dos produtos ora contratado, desde que a sua gravidade não recomende o enquadramento nos casos de suspensão temporária ou inidoneidade;

c - Outras ocorrências que possam acarretar pequenos transtornos ao desenvolvimento dos serviços da CONTRATANTE, a seu critério, desde que não sejam passíveis de sanção mais grave;

d - Atraso na entrega do bem ou na prestação do serviço contratado, pelo prazo não superior ao estipulado no contrato.

II - MULTA

18.7.2 - Conforme disposto no (Art. 86 da Lei 8.666/93), na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato; neste caso a Contratante aplicará a MULTA CONTRATUAL correspondente a:

a - 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso no prazo de entrega dos materiais ou serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplida;

- O atraso para efeito de cálculo, mencionado no item anterior será contado em dias corridos, a partir do 1º dia útil subsequente ao término do prazo ajustado em até 20 (vinte) dias;

b - 10% (dez por cento) sobre o valor constante do Contrato, pela inexecução total do objeto, sem prejuízo das outras sanções cabíveis;

c - 15% (quinze por cento) sobre o valor da Ordem de Fornecimento/Empenho, pelo descumprimento de qualquer clausula contratual exceto prazo de entrega;

d - 3% (três por cento) sobre o valor global de sua proposta, se decorrido o prazo estabelecido no item 16.2, dentro do prazo de validade da proposta e não comparecendo à Prefeitura o proponente convocado para a assinatura do contrato.

18.7.3 - A adjudicada/Contratada não incorrerá em multa quando houver prorrogação do prazo, previamente autorizado pela CONTRATANTE, em decorrência de impedimentos efetivamente verificados sem que a ela seja imputável a culpa, ou em decorrência de acréscimos ou modificações no objeto inicialmente ajustado, respeitado o limite legal.

18.7.4 - A multa será descontada dos créditos constantes da Fatura, ou outra forma de cobrança Administrativa ou Judicial.

18.7.5 - Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso da execução dos serviços ou fornecimento advir de caso fortuito ou motivo de força maior.

III - SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DE PARTICIPAÇÃO EM LICITAÇÃO E IMPEDIMENTO DE CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO

18.7.6 - A suspensão do direito de licitar e contratar com a Contratante pode ser aplicada aos inadimplentes culposos que prejudicarem a execução do Contrato por fatos graves, cabendo defesa prévia, no prazo de 10 (dez) dias úteis da data do recebimento da respectiva intimação.

18.7.7 - A sanção administrativa de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com a CONTRATANTE poderá ser aplicada nos seguintes prazos e situações:

1 - <u>por 06 (seis) meses nos seguintes casos:</u>

a - atraso no cumprimento das obrigações assumidas contratualmente, que tenham acarretado prejuízos para a CONTRATANTE;

b - execução insatisfatória dos fornecimentos e/ ou serviços contratados;

2 - por 02 (dois) anos, quando a ADJUDICADA/CONTRATADA:

a - não concluir os fornecimentos e/ ou os serviços contratados;

b - se recusar a fornecer informações suficientes ou fornecê-las inadequadamente, no que diz respeito à sua fruição, qualidade e riscos de operacionalização;

c - prestar o serviço em desacordo com as normas aplicáveis à execução do objeto deste ajuste;

d - cometer quaisquer outras irregularidades que acarretem prejuízo ao órgão licitado, ensejando a rescisão do contrato.

IV - DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

18.7.8 - Enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sansão aplicada com base no inciso anterior.

18.7.9 - A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com toda a Administração Pública será proposta pela Seção Administrativa e Financeira para aplicação à ADJUDICADA/CONTRATADA nos casos a seguir indicados:

1 - condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

2 - prática de atos ilícitos, visando frustrar a execução do contrato;

3 - demonstração de não possuir idoneidade para licitar e contratar com o órgão contratante, em virtude de atos ilícitos praticados, tais como:

a - praticar ação maliciosa e premeditada em prejuízo da Contratante ou ações que evidenciem interesses exclusos ou má-fé;

b - apresentar qualquer documento falso ou falsificado, no todo ou em parte;

c - reproduzir, divulgar ou utilizar, em benefício próprio ou de terceiros, quaisquer informações de que tenha tomado conhecimento em razão da execução dos serviços objeto deste contrato sem o consentimento da Contratante, por escrito.

18.8 - Independentemente das sanções administrativas a que se refere o item 18 do Edital, a CONTRATADA está sujeita ao pagamento de indenização por perdas e danos, quando a inadimplência acarretar prejuízos ao órgão contratante.

18.9 - Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa previa do interessado e recurso dos prazos definidos em lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

19. DA HOMOLOGAÇÃO E DA CONTRATAÇÃO

19.1 - O resultado de julgamento será submetido à Autoridade Competente para homologação.

19.2 - A anulação do procedimento licitatório induz à do contrato.

19.3 - Fica facultado a Administração, quando o convocado não comparecer no prazo de até 03 (três) dias para assinatura da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, não apresentar situação regular no ato da assinatura ou, ainda, recusar-se a assiná-la, injustificadamente, dentro do prazo e condições estabelecidos, convocar os LICITANTES remanescentes, na ordem de classificação sem prejuízo das multas previstas no edital, no contrato e das demais cominações legais.

19.4 - Uma vez assinada a ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, assume o REGISTRADO o compromisso de atender durante o prazo de sua vigência os pedidos realizados, quando então será celebrado o contrato, específico para tal, estabelecendo quantidades, prazo de entrega, etc.

19.5 - O contrato poderá ser substituído por outros instrumentos hábeis, tais como Ordem de Fornecimento/Nota de Empenho, elaborada pelo Setor de Compras da PMGN/MT em conformidade com o disposto no Art. 62 da Lei 8.666/93.

19.6 - O contrato poderá sofrer alterações de acordo com as condições estabelecidas no Art. 65 da Lei 8666/93.

19.7 - O preço registrado manter-se-á inalterado pelo período da vigência da presente Ata.

19.8 - A Prefeitura monitorará, pelo menos trimestralmente, os preços dos materiais e/ou mercadorias, de forma a avaliar os preços praticados no mercado, podendo rever os preços registrados a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos exames registrados, visando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da Ata.

19.9 - Em qualquer hipótese, os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado a época do registro – equação econômico-financeira.

19.10 - O presente Edital e seus Anexos, bem como a proposta do licitante vencedor deste certame, farão parte integrante do Contrato ou Instrumento equivalente, independente de transcrição.

19.11 - Decorridos 60 (sessenta) dias da data da entrega das propostas, sem convocação para a contratação, ficam as Licitantes não contratadas liberadas dos compromissos assumidos.

20. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1 - As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.

20.2 - No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação. (Art. 26 § 3º Dec. nº 5.450/05)

20.3 - As recusas ou as impossibilidades de assinaturas devem ser registradas expressamente na própria ata.

20.4 - Os Licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas para este certame, sendo responsável por esses custos, independentemente do resultado do processo licitatório.

20.5 - Os licitantes não terão direito a nenhum tipo de indenização em decorrência de adiamento, prorrogação, suspensão, revogação ou anulação do procedimento licitatório.

20.6 - Os Licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

20.7 - Quem impedir perturbar ou fraudar, assegurado o contraditório e a ampla defesa, a realização de qualquer ato do procedimento licitatório, incorrerá em pena de detenção de 06 (seis) meses a 02 (dois) anos, e multa, nos termos do artigo 93 da Lei 8.666/93.

20.8 - O licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da ampla defesa, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, sem prejuízo das multas previstas no edital e no contrato e das demais cominações legais.

20.9 - Os demais atos pertinentes a esta licitação, passíveis de divulgação, serão divulgados no Mural de Licitações e no sítio da Prefeitura.

20.10 - Os envelopes contendo os documentos de habilitação das demais licitantes ficarão à disposição para retirada no setor de Licitação da Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte/MT após a celebração do contrato com as licitantes vencedoras.

20.11 - Declarado vencedor abre-se o prazo de até 02 (dois) dias úteis para o encaminhamento da **proposta de preços ajustada (com preços finais)** ao último lance ofertado, sob pena de desclassificação.

20.12 - Os casos omissos do presente Pregão serão solucionados pelo Pregoeiro de acordo com as Leis vigentes.

20.13 - A adjudicação do resultado desta licitação não implicará direito à homologação.

20.14 - A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

20.17 - Como condição para celebração do contrato e pagamento, o licitante vencedor deverá manter as mesmas condições de habilitação.

20.18 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o foro da Comarca do Município de Paranatinga/MT.

Gaúcha do Norte – MT, 08 de agosto de 2018.

NILMAR MICHEL NASCIMENTO
SEC. MUNICIPAL DE OBRAS

MARILUCI GONÇALVES CONSTANTE
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE

NEUSA PETREKIC
SEC. MUNICIPAL DE AS. SOCIAL
SEC. MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

MARISA USINGER
SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

CLEUSA PETREKIC
SEC. MUNICIPAL DE FINANÇAS

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1 – OBJETO

1.1 - Este Termo de Referência tem por finalidade orientar a(s) PROPONENTE(S) interessada em participar do certame para o Registro de Preços para futura e eventual aquisição de **"MATERIAL DE CONSTRUÇÃO"**, conforme especificações deste.

2 – JUSTIFICATIVA

Justifica face ao interesse público presente na necessidade da utilização dos materiais onde serão utilizados para manutenções, reformas pequenas, entre outras necessidades que possam vir a surgir, sem que haja a necessidade da dependência do fornecimento dos materiais para todas as Secretarias desta Administração Pública Municipal, para a manutenção e conservação dos prédios públicos.

3 – PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1 - Dispensa-se a indicação de dotação orçamentária com base no § 2º do art. 7º do Decreto da União nº 7.892/2013, "***in verbis***"

"Art. 7º A licitação para registro de preços será realizada na modalidade de concorrência, do tipo menor preço, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, ou na modalidade de pregão, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, e será precedida de ampla pesquisa de mercado.

§ 1º (....)

§ 2o Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil. "

4 – DOS PREÇOS

4.1 – Os preços serão fixos e irreajustáveis, podendo, no caso de reajuste ser nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

5 – RESULTADOS ESPERADOS

5.1 – Garantir, através do Registro de Preços, o menor preço para os materiais licitados, aos órgãos/entidades do Poder Executivo Municipal e reduzir custos.

5.2 - Registro de Preços de todos os itens;

5.3 - Economia para os cofres públicos, baixando os valores de referência;

5.4 - Utilização sustentável dos recursos financeiros deste Município, alocando somente o necessário para cada aquisição;

5.5 – Supressões de Licitações contínuas e seguidas

6 – DA EXCLUSIVIDADE PARA ME ou EPP

6.1 – Conforme Lei Federal 123/2006 alterada pela Lei Complementar 147/2014, artigo no 48, inciso I, e ainda nos termos da Resolução de Consulta nº 17/2015 – TP, processo 19.396-8/2015 do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, estabelece que para aquisição de item com valor estimado até de R$ 80.000,00 (oitenta mil reais), a participação MICRO EMPRESAS e EMPRESA DE PEQUENO PORTE.

6.1.1 - Os itens são destinados a participação exclusiva por empresas enquadradas como MICRO EMPRESAS e EMPRESA DE PEQUENO PORTE.

6.1.2 – Caso não compareça nenhuma empresa na condição de ME ou EPP fica aberto à participação de todas as empresas, desde que atendam às exigências constantes no edital.

6.2 – DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS / ESTIMATIVA DE PREÇOS:

ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QTD	VALOR MÉDIO
1.	ABRAÇADEIRA NYLON 14CM	UN	3300	0,48
2.	ABRAÇADEIRA NYLON 20CM	UN	3300	0,23
3.	ABRAÇADEIRA TIPO U ½	UN	56	0,45
4.	ABRAÇADEIRA TIPO U ¾	UN	56	0,61
5.	ABRAÇADEIRA TIPO U 1	UN	56	1,14

6.	ABRAÇADEIRA TIPO U 1.1/2	UN	56	1,56
7.	ADESIVO PLASTIFICANTE PARA ARGAMASSAS DE ASSENTAMENTO E REBOCO 1 LT ALVENARIT OU SIMILAR	UN	40	13,50
8.	ADESIVO PLASTIFICANTE PARA ARGAMASSAS DE ASSENTAMENTO E REBOCO 3,6 LT ALVENARIT OU SIMILAR	UN	40	35,95
9.	ADESIVOS PARA TUBOS DE PVC 175G	UN	110	13,49
10.	ADESIVOS PARA TUBOS DE PVC 17G	UN	56	2,5
11.	ADESIVOS PARA TUBOS DE PVC 75G	UN	56	5,39
12.	ADITIVO CONCENTRADO QUE PROPORCIONA MELHOR TRABALHABILIDADE A ARGAMASSAS E REBOCOS 3,6 LT VEDALIT OU SIMILAR	UN	56	35,00
13.	AGUARAS 0,900L	LATA	56	11,63
14.	AGUARAS 5L	LATA	28	51,32
15.	ALICATE DE CORTE	UN	5	31,00
16.	ALICATE REBITADOR PROFISSIONAL	UN	5	126,00
17.	ANEL ASSENTAMENTO VASO	UN	40	10,96
18.	ANEL DE VEDAÇÃO	UN	22	7,89
19.	ARAME FARPADO ROLO	ROLO	30	424,67
20.	ARAME GALVANIZADO 14 -16 - 18BWG	KG	28	15,68
21.	ARAME OVALADO GALV. Z700	ROLO	20	566,67
22.	ARAME RECOZIDO Nº 18	KG	110	12,28
23.	ARCO DE SERRA	UN	5	26,97
24.	AREIA FINA	M^3	200	122,33
25.	AREIA GROSSA	M^3	150	122,33
26.	AREIA MEDIA	M^3	300	122,33
27.	ARGAMASSA PARA PISO AC1	SC	70	11,33
28.	ARGAMASSA PARA PISO AC2	SC	50	23,66

29.	ARGAMASSA PARA PISO SOBRE PISO	SC	70	36,00
30.	ARRUELA LISA 1/2?	UN	2200	0,35
31.	ARRUELA LISA 3/8?	UN	2200	0,32
32.	ARRUELA LISA 5/8?	UN	2200	0,47
33.	ASSENTO SANITÁRIO ALMOFADADO	UN	12	56,04
34.	ASSENTO SANITÁRIO COMUM EM POLIPROPILENO E INJETADO DE ALTA DURABILIDADE.	UN	12	56,89
35.	AVENTAL PARA SOLDA	UN	5	67,33
36.	BACIA SANITARIA C/ CAIXA ACOPLADA LUXO	UN	12	651,67
37.	BACIA SANITARIA CONVENC. CORES DIVERSAS	UN	12	157,5
38.	BACIA SANITARIA CONVENC. CORES DIVERSAS INFANTIL	UN	5	868,93
39.	BACIA SANITARIA CONVENC. CORES DIVERSAS PNE	UN	5	790,00
40.	BARRA ROSCADA 1/2 ?	UN	330	9,45
41.	BARRA ROSCADA 3/8 ? E 5/16"	UN	330	4,52
42.	BARRA ROSCADA 5/8 ?	UN	440	15,00
43.	BISNAGA CORES DIVERSAS	UN	220	5,91
44.	BISNAGA CORES DIVERSAS	UN	88	4,66
45.	BLOCO ESPUMA	UN	34	5,33
46.	BOTA EPI COM CA TAMANHO DIVERSOS PAR	UN	8	112,00
47.	BROCA 03 MM ACO/CONCRETO	UN	18	5,85
48.	BROCA 04 MM ACO/CONCRETO	UN	18	6,50
49.	BROCA 05 MM ACO/CONCRETO	UN	18	7,34
50.	BROCA 06 MM ACO/CONCRETO	UN	18	8,24
51.	BROCA 07 MM ACO/CONCRETO	UN	18	10,53
52.	BROCA 08 MM ACO/CONCRETO	UN	18	16,26
53.	BROCA 09 MM ACO/CONCRETO	UN	18	17,85

54.	BROCA 10 MM ACO/CONCRETO	UN	18	20,54
55.	BROCA 11 MM ACO/CONCRETO	UN	18	24,66
56.	BROCA 12 MM ACO/CONCRETO	UN	18	29,50
57.	BROCA CHATA PARA MADEIRA	UN	20	9,30
58.	BROCHAS TAMANHOS DIVERSOS	UN	56	5,48
59.	BUCHA RED. ESGOTO 100X50MM	UN	22	5,17
60.	BUCHA RED. ESGOTO 50X40MM	UN	20	4,00
61.	BUCHA RED. ESGOTO 50X40MM	UN	22	2,59
62.	BUCHA RED. ESGOTO 75X50MM	UN	28	5,17
63.	BUCHA RED. SOLD. LONGA 50X25MM	UN	21	3,47
64.	BUCHAS TAMANHOS DIVERSOS	UN	3300	0,16
65.	CABO DE ENXADA E ENXADÃO	UN	18	26,42
66.	CABO EXTENSOR P/PINTURA 2M	UN	12	26,99
67.	CABO EXTENSOR P/PINTURA 3M	UN	12	38,00
68.	CABO PP 4X2 10 MM	M	200	11,66
69.	CABO PP 4X2,5 MM	M	1000	5,90
70.	CABO PP 4X2 6 MM	M	200	8,53
71.	CABO PP 4X4 10 MM	M	200	23,26
72.	CABO PP 4X4 4 MM	M	200	11,36
73.	CABO PP 4X4 6 MM	M	200	14,86
74.	CABO PP 4X4 MM	M	1000	11,73
75.	CADEADOS TAMANHOS DIVERSOS	UN	66	26,61
76.	CAIXA DE DESCARGA 6 LITROS COMPLETA CORES DIVERSAS	UN	28	28,25
77.	CAIXA LUZ 4X2 EM PVC ANTICHAMA NORMAS DE REFERÊNCIA - NBR 15465 E NBR 5410	UN	330	1,00
78.	CAIXA LUZ 4X4 EM PVC ANTICHAMA NORMAS DE REFERÊNCIA -	UN	110	1,37

	NBR 15465 E NBR 5410			
79.	CAIXA SIFONADA COM GRELHA 100X100X50 BRANCA	UN	28	11,47
80.	CAIXA SIFONADA COM GRELHA 100X100X50 CROMADA	UN	18	23,83
81.	CAIXA SIFONADA COM GRELHA 150X150X50 BRANCA	UN	28	25,68
82.	CAL DE PINTURA	UN	1800	10,13
83.	CAL HIDRATADA	UN	3000	14,30
84.	CANALETA PVC ADESIVA ANTI-CHAMA	UN	56	7,68
85.	CANALETA PVC TIPO "U" ADESIVA ANTI-CHAMA	UN	25	15,66
86.	CANTONEIRA P/FORRO PVC TIPO N	UN	120	28,73
87.	CANTONEIRA P/FORRO PVC TIPO U	UN	120	23,40
88.	CAPACETE DE PROTEÇAO CLASSE A COM CA VARIAS CORES NORMA REFERÊNCIA NBR 8221	UN	66	14,08
89.	CARRINHO DE MÃO (CARRIOLA)	UN	12	20,10
90.	CHUVEIRO ELÉTRICO 110W/220W	UN	12	57,68
91.	CILINDRO PARA FECHADURA 3F	UN	28	17,92
92.	CIMENTO CP-II SC DE 50 KG NORMA REFERÊNCIA 11578	UN	3500	34,61
93.	COLAR DE TOMADA PVC COM TRAVAS 50 X 3/4	UN	110	17,40
94.	COLAR DE TOMADAPVC COM TRAVAS 60 X 3/4	UN	110	10,33
95.	COLHER DE PEDREIRO	UN	12	15,12
96.	COLUNA E LAVATORIO CONVENCIONAL	UN	12	121,67
97.	COLUNA E LAVATORIO LUXO	UN	12	299,67
98.	CONECTOR PERFURANTE CDP 70	UN	166	8,46
99.	CONECTOR PERFURANTE CDP 95	UN	110	11,26
100.	CORTADOR DE PISO 75CM	UN	2	196,20
101.	DESEMPENADEIRA CORRUGADA	UN	22	16,20
102.	DESEMPENADEIRA DENTADA	UN	22	19,85

103.	DESEMPENADEIRA LISA	UN	22	14,73
104.	DISCO DE CORTE MADEIRA	UN	34	34,99
105.	DISCO DE CORTE MARMORE	UN	56	32,66
106.	DISJUNTOR BIPOLAR 16 A 63 AMPERES	UN	12	35,59
107.	DISJUNTOR TRIPOLAR 32 A 63 AMPERES	UN	12	41,94
108.	DISJUNTOR UNIPOLAR 16 A 32AMPERES	UN	12	8,66
109.	DISPENSER P/ PAPEL TOALHA	UN	12	57,00
110.	DOBRADIÇA 3 ½ ENCARTELADA	UN	22	7,94
111.	DUREPOXI 100GR	UN	12	8,46
112.	DUREPOXI 50GR	UN	22	5,13
113.	ENXADA C/ CABO	UN	22	48,08
114.	ENXADÃO C/ CABO	UN	22	46,63
115.	ESCADA DE ABRIR 6 DEGRAUS	UN	4	166,10
116.	ESCADA DE FIBRA GRANDE	UN	1	2.178,33
117.	ESCADA EXTENSIVA ALUMINIO 6 DEGRAUS	UN	2	322,00
118.	ESPAÇADOR P/ REVESTIMENTO	UN	34	3,06
119.	ESPATULAS DE AÇO DIVERSOS TAMANHOS	UN	22	7,96
120.	ESPUDE P/ SANITARIO	UN	12	3,16
121.	ESPUMA EXPANSIVA 500ML	UN	34	22,91
122.	ESQUADRO 12 E 14	UN	5	26,00
123.	EXTENSÃO ELETRICA 2X0,75MM 10M	UN	12	27,16
124.	EXTENSÃO ELETRICA 2X0,75MM 5M	UN	12	18,00
125.	FACÃO	UN	5	21,90
126.	FECHADURA EM AÇO CROMADO P/ PORTA DE MADEIRA EXTERNA	UN	15	47,47
127.	FECHADURA EM AÇO CROMADO P/ PORTA DE MADEIRA	UN	35	47,47

	INTERNA			
128.	FECHADURA INTERNA/EXTERNA	UN	56	49,33
129.	FERRO ¼ ? 12M	UN	440	78,23
130.	FERRO ½ ? 12M	UN	240	78,23
131.	FERRO 3/8 ? 12M	UN	440	58,00
132.	FERRO 4.2 ? 12M	UN	550	8,29
133.	FERRO 5/16 ? 12M	UN	550	32,33
134.	FIO FLEXÍVEL E SOLIDO 2,5 C/ 100 METROS	ROLO	22	122,00
135.	FIO FLEXÍVEL E SOLIDO 4,0 C/ 100 METROS	ROLO	22	203,00
136.	FITA CREPE 25MM	UN	56	5,90
137.	FITA CREPRE 50MM	UN	56	9,49
138.	FITA ISOLANTE 10M ABNT NBR NM 60454-3-1	UN	66	4,95
139.	FITA ISOLANTE 20M ABNT NBR NM 60454-3-1	UN	66	10,09
140.	FITA ZEBRADA	UN	56	13,25
141.	FIXADOR P/ CAL	UN	80	11,00
142.	FLANGE ADAPTADA 25 - 32 - 40 - 50	UN	22	22,57
143.	FLEXÍVEL 40 - 50 - 60 CM	UN	44	6,95
144.	FLEXÍVEL INOX 40 - 60 CM	UN	10	18,79
145.	FLEXÍVEL PVC 40 - 60 CM	UN	15	7,30
146.	FORRO PVC 6M / 7M / 8M	M^2	600	19,08
147.	HASTE DE ATERRAMENTO REVESTIDA DE COBRE 5/8X2400MM COM CONECTOR	UN	30	31,00
148.	INTERRUPTOR 1 TECLA SIMPLES	UN	110	6,21
149.	INTERRUPTOR 1 TECLA + TOMADA 10A	UN	110	16,05
150.	INTERRUPTOR 1 TECLA + TOMADA 20A	UN	110	15,95
151.	JOELHO C/BUCHA LATÃO 25 X 1/2	UN	56	4,29

152.	JOELHO DE ESGOTO 100MM SÉRIE NORMAL	UN	110	5,62
153.	JOELHO DE ESGOTO 150MM SÉRIE NORMAL	UN	56	41,27
154.	JOELHO DE ESGOTO 40MM	UN	110	1,43
155.	JOELHO DE ESGOTO 50MM SÉRIE NORMAL	UN	110	2,25
156.	JOELHO DE ESGOTO 75MM SÉRIE NORMAL	UN	56	5,35
157.	JOELHO LR 25 X 1/2	UN	166	2,15
158.	JOELHO LR 25 X 3/4	UN	110	3,34
159.	JOELHO SOLDÁVEL 25MM	UN	440	1,00
160.	JOELHO SOLDÁVEL 40MM	UN	220	4,67
161.	JOELHO SOLDÁVEL 50MM	UN	220	4,47
162.	JOELHO SOLDÁVEL 60MM	UN	110	20,66
163.	KIT ACESSORIO BANHEIRO	UN	34	160
164.	KIT ACESSORIO BANHEIRO 5 PEÇAS	UN	22	66,7
165.	KIT CAVALETE ¾	UN	12	82,33
166.	LÂMPADA FLUORESCENTE 25W	UN	110	16,2
167.	LÂMPADA FLUORESCENTE 30W	UN	110	24,11
168.	LÂMPADA FLUORESCENTE 36W	UN	110	28,66
169.	LÂMPADA FLUORESCENTE 45W	UN	220	46,33
170.	LÂMPADA FLUORESCENTE 59W	UN	220	68,33
171.	LÂMPADA FLUORESCENTE 85W	UN	110	81,66
172.	LAMPADA LED BIVOLT 12W	UN	20	18,00
173.	LAMPADA LED BIVOLT 30W	UN	100	75,00
174.	LÂMPADA MISTA 250W 220V E-27	UN	34	102,67
175.	LÂMPADA MISTA 250W 220V E-40	UN	34	125,00
176.	LÂMPADA VAPOR SODIO TUBULAR 70W E-27	UN	110	24,66
177.	LÁPIS CARPINTEIRO	UN	100	2,01

178.	LIMA CHATA P/ AMOLAR	UN	22	14,58
179.	LIMA MOTOSSERA	UN	22	8,12
180.	LIMPA CONTATO 280 GRAUS	UN	22	13,83
181.	LIXA FERRO 80-100-150	UN	220	2,61
182.	LIXA MASSA 80-100-120	UN	550	0,69
183.	LONA PRETA DUPLA FACE 200 MICRA	UN	4400	9,23
184.	LUMINÁRIA ABERTA OVAL C/CABO COMPLETA	UN	330	82,66
185.	LUVA C/BUCHA LATÃO 25 X 1/2	UN	56	5,49
186.	LUVA CORRER 25MM	UN	110	12,48
187.	LUVA CORRER 40MM	UN	56	21,00
188.	LUVA CORRER 50MM	UN	110	25,00
189.	LUVA CORRER 60MM	UN	56	34,00
190.	LUVA CORRER ESGOTO 100MM	UN	28	90,16
191.	LUVA CORRER ESGOTO 50MM	UN	28	60,03
192.	LUVA COURO PAR COM CA	UN	56	14,00
193.	LUVA LATEX PAR COM CA	UN	110	5,49
194.	LUVA LR 25 X 1/2	UN	56	1,70
195.	LUVA LR 25 X 3/4	UN	56	1,98
196.	LUVA PIGMENTADA PAR COM CA	UN	110	3,29
197.	LUVA SOLDÁVEL 25MM	UN	220	0,77
198.	LUVA SOLDÁVEL 40MM	UN	110	4,23
199.	LUVA SOLDÁVEL 50 MM	UN	126	4,25
200.	LUVA SOLDÁVEL 60 MM	UN	110	11,47
201.	MANGUEIRA CORRUGADA 1	UN	220	1,41
202.	MANGUEIRA CORRUGADA 3/4	UN	550	0,94
203.	MANGUEIRA DE NÍVEL 3/4	M	60	1,31

204.	MANGUEIRA DE NÍVEL 3/8	M	220	2,76
205.	MANGUEIRA DE NÍVEL 5/16"	M	60	1,56
206.	MANGUEIRA DE NÍVEL 5/32	M	220	1,92
207.	MANGUEIRA JARDIN 1/2	UN	220	2,84
208.	MARTELETE PROFISSIONAL 220V	UN	5	736,51
209.	MARTELO 25 - 27 - 29MM	UN	5	26,11
210.	MASCARA COM FILTRO	UN	330	3,15
211.	MASSA ACRÍLICA RENDIMENTO MÍNIMO DE 40,00 M^2, POR DEMÃO, POR LATA MATERIAL DE 1º LINHA COMPROVADO POR CERTIFICADO EMITIDO PELOS FABRICANTES, COM CERTIFICADO DA ABRAFATI, CERTIFICADO PBQP DO HABITAT, ISO 9001 E ISO 14001 LATA COM 18 LITROS	UN	110	114,38
212.	MASSA CORRIDA, RENDIMENTO MÍNIMO DE 40,00 M^2, POR DEMÃO, POR LATA MATERIAL DE 1º LINHA COMPROVADO POR CERTIFICADO EMITIDO PELOS FABRICANTES, COM CERTIFICADO DA ABRAFATI, CERTIFICADO PBQP DO HABITAT, ISO 9001 E ISO 14001 LATA COM 18 LITROS	UN	40	61,32
213.	MASSEIRA DE PLÁSTICO 50 LITROS	UN	22	14,14
214.	NIPLE 1/2 E 3/4	UN	28	1,44
215.	NIVEL ALUMINIO 14-18'	UN	5	35,61
216.	NIVEL MADEIRA 14-18'	UN	5	45,88
217.	OCULOS DE PROTEÇAO COM CA	UN	166	7,34
218.	PÁ DE BICO C/CABO	UN	12	37,81
219.	PADRÃO BIFÁSICO 7MT	UN	2	1.155,33
220.	PADRÃO MONOFASICO 7MT	UN	2	1.599,67
221.	PADRÃO TRIFÁSICO 7MT	UN	2	2.081,33
222.	PALHA DE AÇO SORTIDA	UN	220	1,33
223.	PARABOLT METAL 10MM	UN	200	3,00
224.	PARABOLT METAL 6MM	UN	200	2,80

225.	PARABOLT METAL 8MM	UN	200	2,63
226.	PARAFUSO PARA VASO SANITÁRIO B10 PAR	UN	66	5,54
227.	PARAFUSOS ROSCA SUBERBA DIVERSOS	UN	5346	1,52
228.	PARAFUSO TAMANHO DIVERSOS	UN	2000	1,21
229.	PARAFUSO TELHEIRO	UN	2200	0,83
230.	PEDRA BRITA 00	TON	220	235,00
231.	PEDRA BRITA 01	TON	220	235,00
232.	PEDRA MARROADA/ PEDRA DE MÃO	TON	100	235,00
233.	PENEIRA	UN	22	22,30
234.	PICARETA C/CABO	UN	5	80,86
235.	PICOLA C/CABO	UN	5	56,33
236.	PINCEL PINTURA 1"	UN	20	4,16
237.	PINCEL PINTURA 2"	UN	40	8,00
238.	PISO CERAMICO PEI5 - 45X45CM	M^2	500	25,50
239.	PISTOLA P/ PINTURA COPO EM CIMA	UN	4	262,67
240.	PLUG FÊMEA 10A	UN	22	5,10
241.	PLUG FÊMEA 20A	UN	22	6,21
242.	PLUG MACHO 10A	UN	22	4,83
243.	PLUG MACHO 20A	UN	22	6,33
244.	PNEU CARRINHO DE MÃO	UN	12	39,00
245.	PORCA 1/2	UN	2000	0,32
246.	PORCA 3/8	UN	2000	0,21
247.	PORCA 5/16	UN	1500	0,16
248.	PORCA 5/8	UN	2000	0,72
249.	PORTA DE MADEIRA 210X70 CM	UN	15	89,93
250.	PORTA DE MADEIRA 210X80 CM	UN	20	91,93

251.	PORTA DE MADEIRA 210X90 CM	UN	15	98,30
252.	PORTA MADEIRA 60CM	UN	12	5,50
253.	PORTA METÁLICA 210X70 CM	UN	15	233,08
254.	PORTA METÁLICA 210X80 CM	UN	15	245,07
255.	PORTA METÁLICA 60CM	UN	12	190,00
256.	PORTA METALICA CORRER 4 FOLHAS 2M	UN	4	18,16
257.	PREGOS 12X12 - 22X48 - 25X72	KG	330	13,81
258.	PREGOS 17X21 - 17X27 - 19X36 - 19X39	KG	330	11,02
259.	PREGOS 25/72	PCT	400	287,17
260.	PREGO TELHEIRO 18X27	KG	56	11,09
261.	PROTETOR AURICULAR COM CA	UN	100	2,50
262.	PROTETOR AURICULAR TIPO ABAFADOR COM CA	UN	30	2,50
263.	QUADRO COMANDO DISTRIBUIÇÃO	UN	12	39,00
264.	QUADRO COMANDO DISTRIBUIÇÃO 16 DISJUNTORES	UN	8	32,66
265.	QUADRO COMANDO DISTRIBUIÇÃO 32 DISJUNTORES	UN	8	93,33
266.	QUADRO COMANDO DISTRIBUIÇÃO 4 DISJUNTORES	UN	8	185,00
267.	QUADRO COMANDO DISTRIBUIÇÃO 8 DISJUNTORES	UN	8	70,66
268.	QUADRO COMANDO DISTRIBUIÇÃO 8 DISJUNTORES00013830REGISTRO DE GAVETA 20MM SOLDAVEL	UN	10	80,60
269.	QUADRO DE COMANDO 400X300X200	UN	20	182,65
270.	REATOR VAPOR MERCURIO/SODIO	UN	220	65,33
271.	REBITE DIVERSOS	UN	2200	0,24
272.	REGISTRO DE GAVETA 25MM SOLDAVEL COM ACABAMENTO CROMADO	UN	22	16,83
273.	REGISTRO DE GAVETA 40MM SOLDAVEL	UN	30	36,50
274.	REGISTRO DE GAVETA 50MM SOLDAVEL	UN	30	31,76

275.	REGISTRO DE PRESSÃO 25MM SOLDAVEL COM ACABAMENTO CROMADO	UN	20	38,50
276.	REGISTRO DE PRESSÃO 3/4	UN	56	40,95
277.	REGISTRO DE PRESSÃO 40MM SOLDAVEL	UN	30	39,33
278.	REGISTRO SOLDÁVEL 25MM	UN	56	8,87
279.	REGISTRO SOLDÁVEL 50MM	UN	56	20,98
280.	RÉGUA DE ALUMÍNIO 2M	UN	12	33,45
281.	RÉGUA DE ALUMÍNIO 3M	UN	12	45,51
282.	REJUNTE VARIAS CORES	UN	550	7,68
283.	RELE FOTOCÉLULA 220V S/BASE	UN	550	22,16
284.	RESINA SINTÉTICA, QUE PROPORCIONA MELHOR ADERÊNCIA DAS ARGAMASSAS, MAIOR PLASTICIDADE, AUMENTA A IMPERMEABILIDADE 1L BIANCO OU SIMILAR	UN	22	35,00
285.	RESINA SINTÉTICA, QUE PROPORCIONA MELHOR ADERÊNCIA DAS ARGAMASSAS, MAIOR PLASTICIDADE, AUMENTA A IMPERMEABILIDADE 3,6L BIANCO OU SIMILAR	UN	12	84,66
286.	REVESTIMENTO CERÂMICO DE PAREDE - 30X50CM	M^2	200	25,50
287.	ROLO DE ESPUMA 09 CM	UN	34	4,75
288.	ROLO DE ESPUMA 23 CM	UN	56	14,73
289.	ROLO DE LÃ 09 CM	UN	34	10,51
290.	ROLO DE LÃ 15 CM	UN	34	17,66
291.	ROLO DE LÃ 23 CM	UN	56	18,84
292.	SABONETEIRA ABS	UN	12	15,80
293.	SELADOR ACRÍLICO 18 LT RESINA À BASE DE DISPERSÃO AQUOSA DE COPOLÍMERO ESTIRENO ACRÍLICO RENDIMENTO MÍNIMO DE 100M^2	LATA	110	118,33
294.	SELADOR ACRÍLICO 1ª LINHA COMPROVADO POR CERTIFICADO EMITIDOPELOS FABRICANTES COM SELO DE QUALIDADE ISO 9001, ISO 14001 E CERTIFICADO DA ABRAFATI - LATA COM 3,6 LT.	LATA	56	25,94

295.	SELADOR ACRÍLICO PIGMENTADO, RENDIMENTO MÍNIMO DE 80,00 M^2, POR DEMÃO, POR LATA DE 18L, 1ª LINHA COMPROVADO POR CERTIFICADO EMITIDOPELOS FABRICANTES COM SELO DE QUALIDADE ISO 9001, ISO 14001 E CERTIFICADO DA ABRAFATI - LATA COM 18 LITROS	LATA	15	86,94
296.	SELANTE MONOCOMPONENTE A BASE DE POLIMERO HIBRIDO VEDA CALHA PU	UN	56	23,36
297.	SERRA CIRCULAR 220V	UN	2	630,31
298.	SERRA COPO DIAMANTADA 35MM	UN	3	79,11
299.	SERRA COPO DIAMANTADA 60MM	UN	5	185,75
300.	SERRA MÁRMORE 220V C/ POTÊNCIA MÍNIMA DE 1300W	UN	2	294,00
301.	SERRINHA P/ARCO DE SERRA	UN	34	6,27
302.	SIFÃO CROMADO	UN	34	18,16
303.	SIFÃO DUPLO	UN	28	14,66
304.	SIFÃO SIMPLES	UN	28	6,83
305.	SILICONE 280 GRAUS	UN	56	17,00
306.	SOQUETE PLAFON	UN	166	6,00
307.	SUPORTE CANTONEIRA 30CM E 40CM	UN	34	17,12
308.	SUPORTE DE ROLO DE PINTURA	UN	34	6,70
309.	T C/BUCHA LATÃO 25MM X 1/2"	UN	22	4,91
310.	TÊ 90° SOLDÁVEL COM BUCHA DE LATÃO 3/4"X 25MM	UN	50	8,21
311.	TELHA CERAMICA ROMANA	UN	500	15,16
312.	TELHA DE FIBROCIMENTO 2,44X0,50X4MM	UN	220	16,04
313.	TELHA DE FIBROCIMENTO 2,44X1,10X6MM	UN	220	56,44
314.	TELHA DE FIBROCIMENTO 3,05X1,10X6MM	UN	220	70,54
315.	TELHA DE FIBROCIMENTO 3,66X1,10X6MM	UN	330	82,78
316.	TELHA TRANSLUCIDA 2,44X0,50X7,5MM	UN	110	51,90
317.	T ESGOTO 100 MM	UN	56	12,65

318.	T ESGOTO 150 MM	UN	34	44,46
319.	T ESGOTO 40 MM	UN	56	2,95
320.	T ESGOTO 50 MM	UN	56	6,38
321.	T ESGOTO 75 MM	UN	34	9,91
322.	TEXTURA ACRÍLICA BASE CLARA, LISA SEMQUARTZO, RENDIMENTO MÍNIMO DE 30,00 M²POR LATA, POR DEMÃO, 1º LINHACOMPROVADO POR CERTIFICADO EMITIDOPELOS FABRICANTES, COM SELO DEQUALIDADE ISO 9001, ISO 14001 ECERTIFICADO DA ABRAFATI - LATA COM 3,6LLIT	UN	30	83,66
323.	TEXTURA ACRÍLICA BASE CLARA, LISA SEMQUARTZO, RENDIMENTO MÍNIMO DE 30,00 M²POR LATA, POR DEMÃO, 1º LINHACOMPROVADO POR CERTIFICADO EMITIDOPELOS FABRICANTES, COM SELO DEQUALIDADE ISO 9001, ISO 14001 ECERTIFICADO DA ABRAFATI - LATA COM 3,6LLIT	UN	30	83,66
324.	TEXTURA ACRÍLICA BASE CLARA, LISA SEMQUARTZO, RENDIMENTO MÍNIMO DE 30,00 M²POR LATA, POR DEMÃO, 1º LINHACOMPROVADO POR CERTIFICADO EMITIDOPELOS FABRICANTES, COM SELO DEQUALIDADE ISO 9001, ISO 14001 ECERTIFICADO DA ABRAFATI - LATA COM 3,6LLIT	UN	30	83,66
325.	TEXTURA ACRÍLICA BASE CLARA, LISA SEMQUARTZO, RENDIMENTO MÍNIMO DE 30,00 M²POR LATA, POR DEMÃO, 1º LINHACOMPROVADO POR CERTIFICADO EMITIDOPELOS FABRICANTES, COM SELO DEQUALIDADE ISO 9001, ISO 14001 ECERTIFICADO DA ABRAFATI - LATA COM 3,6LLIT	UN	30	83,66
326.	TEXTURA ACRÍLICA BASE CLARA, LISA SEMQUARTZO, RENDIMENTO MÍNIMO DE 30,00 M²POR LATA, POR DEMÃO, 1º LINHACOMPROVADO POR CERTIFICADO EMITIDOPELOS FABRICANTES, COM SELO DEQUALIDADE ISO 9001, ISO 14001 ECERTIFICADO DA ABRAFATI - LATA COM 3,6LLIT	UN	30	83,66
327.	TEXTURA ACRÍLICA BASE CLARA, LISA SEMQUARTZO, RENDIMENTO MÍNIMO DE 30,00 M²POR LATA, POR DEMÃO, 1º LINHACOMPROVADO POR CERTIFICADO EMITIDOPELOS FABRICANTES, COM SELO DEQUALIDADE ISO 9001, ISO 14001 ECERTIFICADO DA ABRAFATI - LATA COM 3,6LLIT	UN	30	83,66
328.	THINNER 5 LITROS	LATA	56	63,27

329.	THINNER 900ML	LATA	166	12,15
330.	TIJOLO 6 FUROS		20000	0,65
331.	TINTA ACRÍLICA 18 LITROS 1ª LINHA ACABAMENTO ACETINADO OU BRILHANTE, RENDIMENTO MÍNIMO DE 500M² - AZUL ROIAL	LATA	150	267,60
332.	TINTA ACRÍLICA 18 LITROS 1ª LINHA ACABAMENTO ACETINADO OU BRILHANTE, RENDIMENTO MÍNIMO DE 500M² BRANCO GELO	LATA	300	267,60
333.	TINTA ACRÍLICA 18 LITROS 1ª LINHA ACABAMENTO ACETINADO OU BRILHANTE, RENDIMENTO MÍNIMO DE 500M² BRANCO NEVE	LATA	300	267,60
334.	TINTA ACRÍLICA 18 LITROS 1ª LINHA ACABAMENTO ACETINADO OU BRILHANTE, RENDIMENTO MÍNIMO DE 500M² CINZA	LATA	150	267,60
335.	TINTA ACRÍLICA 18 LITROS 1ª LINHA ACABAMENTO ACETINADO OU BRILHANTE,RENDIMENTO MÍNIMO DE 500M² - VERDE FOLHA	LATA	150	267,60
336.	TINTA ACRÍLICA 18 LITROS A1ª LINHA CABAMENTO ACETINADO OU BRILHANTE, RENDIMENTO MÍNIMO DE 500M² - VERMELHO	LATA	150	267,60
337.	TINTA ACRÍLICA 3,6 LITROS 1ª LINHA ACABAMENTO ACETINADO OU BRILHANTE, RENDIMENTO MÍNIMO DE 70M² AMARELHO	LATA	56	46,24
338.	TINTA ACRÍLICA 3,6 LITROS 1ª LINHA ACABAMENTO ACETINADO OU BRILHANTE, RENDIMENTO MÍNIMO DE 70M² AZUL	LATA	56	46,24
339.	TINTA ACRÍLICA 3,6 LITROS 1ª LINHA ACABAMENTO ACETINADO OU BRILHANTE, RENDIMENTO MÍNIMO DE 70M² CINZA	LATA	56	46,24
340.	TINTA ACRÍLICA 3,6 LITROS 1ª LINHA ACABAMENTO ACETINADO OU BRILHANTE, RENDIMENTO MÍNIMO DE 70M² VERDE	LATA	56	46,24
341.	TINTA ESMALTE ACETINADO OU BRILHANTE RESINA ALQUÍDICA À BASE DE ÓLEO VEGETAL SEMI-SECATIVO, NORMA REFERÊNCIA NBR 11702. COM RENDIMENTO MÍNIMO DE 50 M². LATA 3,6 LITROS AMARELO	LATA	100	86,96
342.	TINTA ESMALTE ACETINADO OU BRILHANTE RESINA ALQUÍDICA À BASE DE ÓLEO VEGETAL SEMI-SECATIVO, NORMA REFERÊNCIA NBR 11702. COM RENDIMENTO MÍNIMO DE 50 M². LATA 3,6 LITROS AZUL ROIAL	LATA	110	86,96

343.	TINTA ESMALTE ACETINADO OU BRILHANTE RESINA ALQUÍDICA À BASE DE ÓLEO VEGETAL SEMI-SECATIVO, NORMA REFERÊNCIA NBR 11702. COM RENDIMENTO MÍNIMO DE 50 M². LATA 3,6 LITROS BRANCO	LATA	300	86,96
344.	TINTA ESMALTE ACETINADO OU BRILHANTE RESINA ALQUÍDICA À BASE DE ÓLEO VEGETAL SEMI-SECATIVO, NORMA REFERÊNCIA NBR 11702. COM RENDIMENTO MÍNIMO DE 50 M². LATA 3,6 LITROS CINZA	LATA	300	86,96
345.	TINTA ESMALTE ACETINADO OU BRILHANTE RESINA ALQUÍDICA À BASE DE ÓLEO VEGETAL SEMI-SECATIVO, NORMA REFERÊNCIA NBR 11702. COM RENDIMENTO MÍNIMO DE 50 M². LATA 3,6 LITROS PRETO	LATA	300	86,96
346.	TINTA ESMALTE ACETINADO OU BRILHANTE RESINA ALQUÍDICA À BASE DE ÓLEO VEGETAL SEMI-SECATIVO, NORMA REFERÊNCIA NBR 11702. COM RENDIMENTO MÍNIMO DE 50 M². LATA 3,6 LITROS VERDE FOLHA	LATA	100	86,96
347.	TINTA ESMALTE ACETINADO OU BRILHANTE RESINA ALQUÍDICA À BASE DE ÓLEO VEGETAL SEMI-SECATIVO, NORMA REFERÊNCIA NBR 11702. COM RENDIMENTO MÍNIMO DE 50 M². LATA 3,6 LITROS VERMELHO	LATA	100	86,96
348.	TINTA ESMALTE ACETINADO OU BRILHANTE RESINA ALQUÍDICA À BASE DE ÓLEO VEGETAL SEMI-SECATIVO, NORMA REFERÊNCIA NBR 11702. COM RENDIMENTO MÍNIMO DE 50 M². LATA 3,6 LITROS VERMELHO	LATA	100	86,96
349.	TINTA LATEX PVA BASE D'ÁGUA 18 LITROS, 1ª LINHA ACABAMENTO ACETINADO OU BRILHANTE, RENDIMENTO MÍNIMO DE 500M² - AZUL ROIAL	LATA	150	267,60
350.	TINTA LATEX PVA BASE D'ÁGUA 18 LITROS, 1ª LINHA ACABAMENTO ACETINADO OU BRILHANTE, RENDIMENTO MÍNIMO DE 500M² - BRANCO GELO	LATA	300	267,60
351.	TINTA LATEX PVA BASE D'ÁGUA 18 LITROS, 1ª LINHA ACABAMENTO ACETINADO OU BRILHANTE, RENDIMENTO MÍNIMO DE 500M² - BRANCO NEVE	LATA	300	267,60
352.	TINTA LATEX PVA BASE D'ÁGUA 18 LITROS, 1ª LINHA ACABAMENTO ACETINADO OU BRILHANTE, RENDIMENTO MÍNIMO DE 500M² - CINZA	LATA	150	267,60

353.	TINTA LATEX PVA BASE D'ÁGUA 18 LITROS, 1ª LINHA ACABAMENTO ACETINADO OU BRILHANTE, RENDIMENTO MÍNIMO DE 500M² - VERDE FOLHA	LATA	150	267,60
354.	TINTA LATEX PVA BASE D'ÁGUA 18 LITROS, 1ª LINHA ACABAMENTO ACETINADO OU BRILHANTE, RENDIMENTO MÍNIMO DE 500M² - VERMELHA	LATA	150	267,60
355.	TINTA LATEX PVA BASE D'ÁGUA 18 LITROS, 1ª LINHA ACABAMENTO ACETINADO OU BRILHANTE, RENDIMENTO MÍNIMO DE 60M² - AZUL ROIAL	LATA	150	274,26
356.	TINTA LATEX PVA BASE D'ÁGUA 18 LITROS, 1ª LINHA ACABAMENTO ACETINADO OU BRILHANTE, RENDIMENTO MÍNIMO DE 60M² - BRANCO GELO	LATA	300	274,26
357.	TINTA LATEX PVA BASE D'ÁGUA 18 LITROS, 1ª LINHA ACABAMENTO ACETINADO OU BRILHANTE, RENDIMENTO MÍNIMO DE 60M² - BRANCO NEVE	LATA	300	274,26
358.	TINTA LATEX PVA BASE D'ÁGUA 18 LITROS, 1ª LINHA ACABAMENTO ACETINADO OU BRILHANTE, RENDIMENTO MÍNIMO DE 60M² - CINZA	LATA	150	274,26
359.	TINTA LATEX PVA BASE D'ÁGUA 18 LITROS, 1ª LINHA ACABAMENTO ACETINADO OU BRILHANTE, RENDIMENTO MÍNIMO DE 60M² - VERDE FOLHA	LATA	150	274,26
360.	TINTA LATEX PVA BASE D'ÁGUA 18 LITROS, 1ª LINHA ACABAMENTO ACETINADO OU BRILHANTE, RENDIMENTO MÍNIMO DE 60M² - VERMELHA	LATA	150	274,26
361.	TINTA PARA PISO À BASE DE DISPERSÃO AQUOSA DE COPOLÍMERO ESTIRENO ACRÍLICO 18 LT. RENDIMENTO MÍNIMO 350M² - COR AMARELO	LATA	50	224,08
362.	TINTA PARA PISO À BASE DE DISPERSÃO AQUOSA DE COPOLÍMERO ESTIRENO ACRÍLICO 18 LT. RENDIMENTO MÍNIMO 350M² - COR BRANCO	LATA	100	224,08
363.	TINTA PARA PISO À BASE DE DISPERSÃO AQUOSA DE COPOLÍMERO ESTIRENO ACRÍLICO 18 LT. RENDIMENTO MÍNIMO 350M² - COR CINZA	LATA	100	224,08
364.	TINTA PARA PISO À BASE DE DISPERSÃO AQUOSA DE COPOLÍMERO ESTIRENO ACRÍLICO 18 LT. RENDIMENTO MÍNIMO	LATA	50	224,08

	350M² - COR MARROM			
365.	TINTA PARA PISO À BASE DE DISPERSÃO AQUOSA DE COPOLÍMERO ESTIRENO ACRÍLICO 18 LT. RENDIMENTO MÍNIMO 350M² - COR VERMELHO	LATA	50	224,08
366.	TINTA SPRAY 400ML CORES DIVERSAS	UN	56	21,88
367.	TOMADA 10A	UN	110	11,56
368.	TOMADA 20A	UN	110	11,66
369.	TOMADA DUPLA 10A	UN	56	17,40
370.	TOMADA DUPLA 20A	UN	56	17,40
371.	TORNEIRA 3/4 E 1/2 - PLÁSTICO	UN	110	5,38
372.	TORQUES	UN	5	34,80
373.	TRENA DE 3 METROS	UN	12	8,85
374.	TRENA DE 5 METROS	UN	12	14,76
375.	TRINCHA 1.1/2 - 2 - 2.1/2 POLEGADAS	UN	22	6,48
376.	TRINCHA 1/2 - 3/4 - 1 POLEGADAS	UN	22	3,70
377.	TRINCHA 2" - 3 "	UN	30	0,84
378.	TRINCHA 3 - 4 POLEGADAS	UN	22	12,49
379.	T SOLDÁVEL 25 MM	UN	220	2,36
380.	T SOLDÁVEL 40 MM	UN	56	5,65
381.	T SOLDÁVEL 50 MM	UN	110	8,17,00
382.	T SOLDÁVEL 60 MM	UN	56	23,00
383.	TUBO DE DESCARGA	UN	12	8,95
384.	TUBO DE DESCARGA P/ VALVULA	UN	12	8,77
385.	TUBO ESGOTO 100 MM	UN	56	51,33
386.	TUBO ESGOTO 150 MM	UN	56	149,33
387.	TUBO ESGOTO 200 MM	UN	50	410,00

388.	TUBO ESGOTO 300 MM	UN	20	665,20
389.	TUBO ESGOTO 40 MM	UN	56	20,99
390.	TUBO ESGOTO 50 MM	UN	56	34,67
391.	TUBO ESGOTO 75 MM	UN	56	48,95
392.	TUBO PVC SOLDÁVEL 20 MM	BR	20	15,16
393.	TUBO PVC SOLDÁVEL 25 MM	BR	440	14,41
394.	TUBO PVC SOLDÁVEL 32 MM	BR	50	38,33
395.	TUBO PVC SOLDÁVEL 40 MM	BR	110	59,67
396.	TUBO PVC SOLDÁVEL 50 MM	BR	330	55,75
397.	TUBO PVC SOLDÁVEL 60 MM	BR	400	109,97
398.	UNIÃO SOLDÁVEL 25MM	UN	28	6,59
399.	UNIÃO SOLDÁVEL 50MM	UN	28	24,87
400.	UNIÃO SOLDÁVEL 60MM	UN	28	57,06
401.	VÁLVULA AMERICANA CROMADA 3.1/2"	UN	12	4,84
402.	VÁLVULA DE DESCARGA TIPO HIDRA COMPLETA	BR	20	121,00
403.	VÁLVULA P/LAVATORIO E TANQUE	UN	22	4,55
404.	VÁLVULA P/LAVATORIO E TANQUE CROMADA	UN	22	12,00
405.	VASSOURA JARDIM C/REGULAGEM	UN	12	25,73
406.	VASSOURÃO	UN	22	26,19
407.	VEDA ROSCA 10M	UN	110	2,26
408.	VEDA ROSCA 25M	UN	110	7,02
409.	VENEZIANA 100X120	UN	22	298,34
410.	VENEZIANA 100X150	UN	22	322,00
411.	VERNIZ 3,6 LITROS	LATA	44	71,16
412.	VITRO BASCULANTE 40X60	UN	18	80,63
413.	VITRO BASCULANTE 50X50	UN	18	121,00

414.	ZARCÃO 3,6 LITROS	LATA	12	80,70

NILMAR MICHEL NASCIMENTO
SEC. MUNICIPAL DE OBRAS

MARILUCI GONÇALVES CONSTANTE
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE

NEUSA PETREKIC
SEC. MUNICIPAL DE AS. SOCIAL

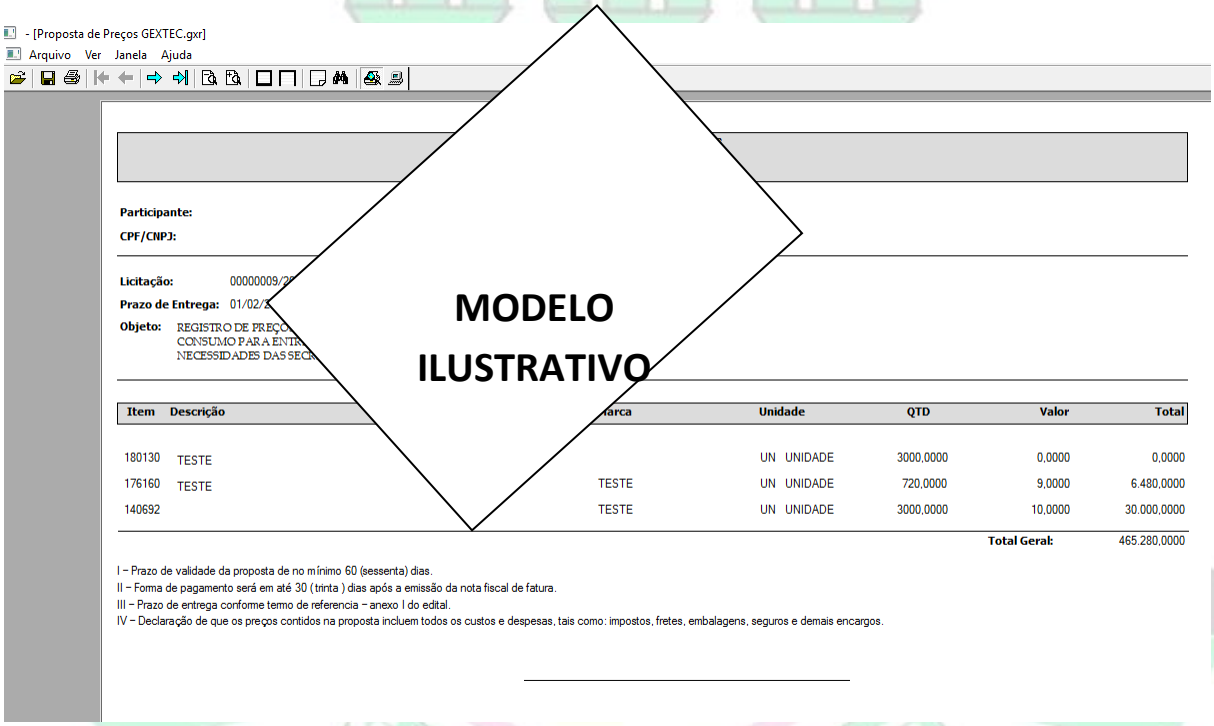
MARISA USINGER
SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

SEC. MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

CLEUSA PETREKIC
SEC. MUNICIPAL DE FINANÇAS

ANEXO II – MODELO DA PROPOSTA DE PREÇOS DO SISTEMA GEXTEC-COPLAN AUTO COTAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 049/2018



OBS: O MODELO ACIMA SOMENTE É ILUSTRATIVO DO MODELO DO SISTEMA GEXTEC-COPLAN AUTO COTAÇÃO OS ITENS SERÃO DE ACORDO COM O TERMO DE REFERENCIA – ANEXO I

ANEXO III – MODELO

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATOS SUPERVENIENTES

(Papel timbrado da empresa)

A Empresa _____, inscrita no CNPJ nº._____, localizada à _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a)_____, portador(a) a Cédula de Identidade nº_____ e do CPF nº._____, declara para os devidos fins que em conformidade com o art. 32, parágrafo 2º da Lei n.º 8.666/93, não existem fatos supervenientes ao seu credenciamento na Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte que sejam impeditivos de sua habilitação para este certame.

_____, ___ de _____ de 2018.

_____

Representante Legal

ANEXO IV

MODELO DECLARAÇÃO DE SITUAÇÃO REGULAR PERANTE O MINISTÉRIO DO TRABALHO

(Papel timbrado da empresa)

A Empresa _____, inscrita no CNPJ nº._____, localizada à _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a)_____, portador(a) a Cédula de Identidade nº_____ e do CPF nº._____, Declara em atendimento ao previsto no inciso XXXIII, do artigo 7° da Constituição Federal e inciso V, artigo, 27 da Lei 8666/93 e suas alterações, Lei Federal nº. 10.520/02, Lei Federal nº. 9.854/99 que não possuímos, em nosso quadro de pessoal, empregados com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, menores de 16 (dezesseis) anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz e em nenhuma hipótese, menores de 14 (quatorze) anos.

_____, ____ de _____ de 2018.

_____

Representante Legal

Obs.: Se o licitante possuir menores de 16 (dezesseis) anos na condição de aprendiz deverá declarar expressamente.

ANEXO V

MODELO DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

(Papel timbrado da empresa)

Empresa _____, inscrita no CNPJ nº._____, localizada à _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a)_____, portador(a) a Cédula de Identidade nº_____ e do CPF nº._____, em conformidade com a Lei n.º 10.520/02 e art. 299 do Código Penal Brasileiro, declaramos sob as penas da lei, que:

1. Cumprimos com todos os requisitos de habilitação para este certame.

2. A proposta apresentada para participar desta licitação foi elaborada de maneira independente e o seu conteúdo não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato desta licitação, por qualquer meio ou por qualquer pessoa.

_____, ____ de _____ de 2018.

_____

Representante Legal

ANEXO VI

MODELO DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

(Papel timbrado da empresa)

LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06 - ART. 43 c/ ALTERAÇÕES PELA LEI COMPLEMENTAR 147/2014

A Empresa _____, inscrita no CNPJ nº._____, localizada à _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a)_____, portador(a) a Cédula de Identidade nº_____ e do CPF nº._____declara, em conformidade com a Lei n.º 10.520/02, que cumpre todos os requisitos de habilitação para este certame licitatório, exceto os documentos de regularidade fiscal com as restrições a seguir:

_____**validade**_____

_____**validade**_____

_____**validade**_____

_____, ____ de _____ de 2018.

_____

Representante Legal

Apenas para: MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE com alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal

ANEXO VII

MODELO TERMO DE CREDENCIAMENTO

(papel timbrado da empresa)

A Empresa _____, inscrita no CNPJ nº._____, localizada à _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a)_____, portador(a) a Cédula de Identidade nº_____ e do CPF nº._____, **nomeia e constitui seu bastante procurador** o(a) Sr(a) _____, portador(a) da cédula de identidade RG nº _____, expedida pela _____ e do CPF nº _____, para os fins previstos no Edital deste Pregão Presencial, podendo formular proposta, apresentar lances verbais, bem como interpor recursos e/ou deles desistir, negociar e efetuar as providências necessárias para que a outorgante mantenha-se satisfatoriamente neste procedimento, renunciar direitos e praticar todos os atos inerentes a este certame.

_____, ____ de _____ de 2018.

_____

Representante Legal

(Assinatura com firma reconhecida em cartório)

ANEXO VIII

MODELO DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

(Papel timbrado da empresa)

A Empresa _____, com sede na _____*(endereço completo)*, constituída na Junta Comercial em____ / ____/ _____, sob NIRE nº _____ e inscrita no CNPJ sob nº _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a)_____, portador(a) da Cédula de Identidade nº_____ e do CPF nº _____, declara para os devidos fins, sob pena das sanções administrativas e penais cabíveis, que o valor da receita bruta anual da empresa não excedeu, no ano anterior, ao limite fixado no inciso I do art. 3° da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, que está apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42º ao 49º da referida Lei e que não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/06 e se enquadra na condição de:

( ) Microempresa (ME);
( ) Empresa de Pequeno Porte (EPP);
( ) Micro Empreendedor Individual (MEI).

Data:____/____/____.

Nome e Assinatura do Representante da Empresa

Nome, assinatura e nº do CRc do Contador

OBS:

1) Assinalar com um "X" a condição da empresa.

2) Deverá ser apresentada juntamente com esta Declaração, **Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial** do respectivo Estado ou documento substitutivo idôneo emitido por entidade/órgão público idôneo capaz de comprovar de que está enquadrada como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte ou MEI Micro Empreendedor Individual.

2.1) *No caso de empresa enquadrada como* ***MEI – MICRO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL, fica dispensado de apresentar a declaração assinada por contador devendo ser assinada somente pelo empresário*** *e também poderá substituir a* ***Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial*** *pelo comprovante de opção pelo simples nacional emitido no link abaixo:* ***http://www8.receita.fazenda.gov.br/simplesnacional/aplicacoes.aspx?id=21***

3) Esta declaração, assim como a Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial ou documento substitutivo, deverão ser entregues ao Pregoeiro e Equipe de Apoio, durante o credenciamento, exigidos nesta licitação, pelas empresas que pretenderem se beneficiar nesta licitação do regime diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006.

ANEXO IX

MODELO DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA

(Papel timbrado da empresa)

À

Prefeitura Municipal De Gaúcha Do Norte-MT, Pregoeiro E Equipe De Apoio.

A Empresa _____, inscrita no CNPJ Nº_____ e Insc. Estadual Nº_____, sediada _____, por intermédio do seu representante legal o Srº(a) _____, portador(a) da Cédula de Identidade RG Nº _____ e do CPF Nº _____, declara para os devidos fins e sob as penas da lei que:

1. Estamos de pleno acordo e concordamos expressamente com todas as condições especificadas no EDITAL E SEUS ANEXOS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº049/2018, relativo a PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE-MT.

2. Tomamos conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações, objeto desta licitação, bem como aceitamos na integra todas as condições deste edital, ressalvado o nosso direito recursal.

3. Garantimos a entrega dos produtos no(s) prazo(s) e quantidades estabelecidos na licitação.

Por ser a expressão da verdade, firmamos o presente.

_____, ____ de _____ de 2018.

_____

Representante Legal

ANEXO X - MODELO

PROPOSTA DE PREÇOS AJUSTADA

(Papel timbrado da empresa)

A Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte

Att: Pregoeira

Prezados Senhores,

Apresentamos e submetemos à apreciação de Vossa Senhoria nossa proposta de preços ajustada, conforme lances oferecidos no certame em epígrafe, para fornecimento dos seguintes objetos:

ITEM	QUANT	UNID.	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
			• Descrever item a item			

Declaramos que tomamos conhecimento de todas as informações e condições para o cumprimento das obrigações objeto desta licitação e que atendemos todas as condições do Edital.

Declaramos ainda para os devidos fins que estão inclusas no valor cotado todas as despesas necessárias para a perfeita execução do objeto, tais como, todos os tributos e encargos fiscais, sociais, trabalhistas, previdenciários e comerciais.

Data: ____/____/_____

Nome e Assinatura do Representante da Empresa

ANEXO XI

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS SISTEMA GEXTEC-COPLAN

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. _____/2018.

No dia 23 de agosto d**o ano de 2018**, compareceram, de um lado a(o) **PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE, Estado de MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 01.614.539/0001-01 com sede administrativa localizada na rua Pará esquina com rua Brasília, nº229, bairro CENTRO, CEP nº. 78875-000, nesta cidade de Gaúcha do Norte/MT, representado pelo (a) PREFEITO MUNICIPAL, o Sr(a). **VONEY RODRIGUES GOULART**, brasileiro, casado, pecuarista, residente e domiciliado na cidade de Gaúcha do Norte, inscrito no CPF nº. 402.603.301-59, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL nº. 049/2018, Processo Administrativo nº. 058/2018**, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) para Futura e Eventual Aquisição de ***MATERIAL DE CONSTRUÇÃO*****,** para atender as demandas de todas as secretarias do município de Gaúcha do Norte-MT**,** Em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Código	Nome da empresa	Itens

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela Lei Federal nº. 10.520/02 subsidiariamente pela Lei de Licitações nº. 8.666/93, bem como pelo Decreto Municipal nº: 7.892/2013 (Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresas	CNPJ/CPF	Nome do representante	CPF

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando:

Registro de preços para futura e eventual Aquisição de "**MATERIAL DE CONSTRUÇÃO**", para atender as demandas de todas as secretarias do município de Gaúcha do Norte-MT Tudo em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas na ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo de validade do presente Registro de Preços.

1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de **Menor Preço Por Item**, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

Fornecedor: _____

Item	Especificação	Unid.	Marca	Quantidade	Preço	Preço

					Unit.	total

2.2. Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, em decorrência de situações previstas na aliena "d" do inciso II do caput e do §5° do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.

2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do contrato será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, comprovadas as situações elencadas na alínea "d" do inciso II do caput ou do §5° do art. 65 da Lei n° 8.666, de 1993, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou lote pelo órgão gerenciador, com consequente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.

3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos contratos, obedecida o disposto no art. 57 da Lei nº 8.666/1993.

3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 57, §4°, da Lei n° 8.666/1993, quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

CLÁUSULA QUARTA - DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;

4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4° do art. 62 da Lei nº 8.666/1993, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.

4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.

4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.

4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas "Órgão não participante ou carona".

CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação será do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do inciso III do art. 3° do Decreto Municipal n° 095/2009;

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços “de oficio” através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município observada o prazo legalmente permitido, quando os

preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contrações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;

5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Aceitar nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários até 25% (vinte e cinco por cento), em função do direito de acréscimo tratado no § 1º do art. 65, da Lei n. 8.666/93 e alterações, sob pena das sanções cabíveis e facultativas nas demais situações;

5.3.3. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.4. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.5. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.6. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.7. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.8. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.9. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.10. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;

b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;

d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;

e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal n° 10.520, de 17 de fevereiro de 2002;

f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.

7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, na forma estabelecida no §4° do art. 62 da Lei nº 8.666, de 1993, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega será conforme solicitação do órgão ou entidade requisitante, não podendo ultrapassar **05 (cinco) dias** úteis da data de recebimento da nota de empenho ou instrumento equivalente.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusivas da fornecedora detentora da Ata.

7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrente da presente Ata, correrão por conta exclusivas da contratada.

CLÁUSULA OITAVA - DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos

materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", da Lei n° 8.666/93 e alterações.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será sustado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.

8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

CLÁUSULA NONA - DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

9.1. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.2. A supressão dos produtos registrados na Ata de Registro de Preços poderá ser total ou parcial, a critério do órgão gerenciador, considerando-se o disposto no § 4.º do artigo 15 da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e

Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

11.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

11.1.1. Pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

a) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;

b) cancelamento do preço registrado;

c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

11.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

11.1.2. Por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;

b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

11.1.3. Por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

a) advertência, por escrito, nas falta leves;

b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;

c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.1.3.1. A penalidade prevista na alínea "b" do subitem 11.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 77 a 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei n° 10.520, de 2002.

11.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

11.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" do subitem 11.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

11.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

11.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

11.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA EFICÁCIA

12.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Paranatinga-Mt para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento.

E, por estarem as partes justas e compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Gaúcha do Norte, 21 de agosto de 2018.

_____

VONEY RODRIGUES GOULART

PREFEITO MUNICIPAL

Empresas Participantes:

_____ CNPJ nº_____ _____

ANEXO XIII

MODELO DE TERMO DE RENÚNCIA DE RECURSO

À

Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte -MT

Pregoeiro e equipe de Apoio

A Empresa _____, inscrita no CNPJ Nº_____ e Insc. Estadual Nº_____, sediada _____, por intermédio do seu representante legal o Srº(a) _____, portador(a) da Cédula de Identidade RG Nº _____ e do CPF Nº _____, participante da licitação da modalidade **PREGÃO PRESENCIAL-SRP Nº 049/2018**, por seu representante credenciado, declara, na forma e sob as penas impostas pela Lei n.º 8666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, obrigando a empresa que representa, que não pretende recorrer da decisão da Pregoeira e Equipe de Apoio, que julgou a proposta de preços e habilitação, ***RENUNCIANDO***, assim, expressamente, ao direito de recurso e ao prazo respectivo, e concordando, em consequência, com o curso do procedimento licitatório.

Data: ___/___/___

Nome e Assinatura do Representante da Empresa

OBS: A apresentação desta declaração é facultativa*, visando unicamente agilizar o andamento do processo na hipótese do licitante interessada não se fazer representar por pessoa devidamente credenciada, sendo que a sua ausência de apresentação,* ***não implicará na inabilitação da proponente****, podendo o referido Termo ser apresentado no transcurso das sessões;*

ANEXO XIV

MODELO DE DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE BALANÇO

A Empresa _____, inscrita no CNPJ Nº_____ e Insc. Estadual Nº_____, sediada _____, por intermédio do seu representante legal o Srº(a) _____, portador(a) da Cédula de Identidade RG Nº _____ e do CPF Nº _____, **DECLARAM** para os fins específicos junto a Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte-MT., para participação na licitação modalidade **PREGÃO PRESENCIAL-SRP Nº 049/2018**, que a empresa acima mencionada **durante o exercício de 2018** esteve enquadrada sob o regime especial do governo federal, na condição de **Micro empreendedor Individual**, portanto, conforme Lei Federal 123/2006 e alterações posteriores, está dispensada de apresentação dos seguintes documentos:

A) - Dispensa de sistema de contabilidade, mecanizado ou não, baseado em escrituração uniforme de livros, bem como **dispensado** de levantar anualmente **balanço patrimonial e de resultado do exercício**.

E, por ser expressão da verdade, firmamos a presente declaração que vai por nós assinada.

Data: _____/_____/ _____

Nome e Assinatura do Representante da Empresa

*Obs: No caso de empresa enquadrada como **MEI – MICRO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL**, a **Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial** pelo comprovante de opção pelo simples nacional emitido no link abaixo:* ***http://www8.receita.fazenda.gov.br/simplesnacional/aplicacoes.aspx?id=21***

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE - MT
RUA PARA, Nº 229, CENTRO, GAUCHA DO NORTE - MATO GROSSO
CNPJ:

NOTA DE EMPENHO

NÚMERO: ____/2018 TIPO DO EMPENHO: _____ DATA DO EMPENHO: __/__/2018

CONTRATO: ___/2018 ADITIVO: TIPO: ___ - _____

PROCESSO DE COMPRA

PROCESSO DE COMPRA: 0000____/2018
PROCESSO LICITATÓRIO: 0000____/2018
MODALIDADE: PREGÃO
Nº MODALIDADE: 0000____/2018
TIPO PROC. COMPRA: _____
CONTRATO: 000_____/2018 TIPO: __ - _____
NAD: _____/___/___

DOTAÇÃO

CÓDIGO REDUZIDO: ___
ÓRGÃO: ___ SECRETARIA MUNICIPAL DE _____
UNIDADE: ___ SECRETARIA MUNICIPAL DE _____
FUNCIONAL PROGRAMÁTICA: _____ MANUT. E ENC. C/ATIV. DO _____ SECR. MUN. _____
ELEMENTO DA DESPESA: _____ OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS ¿ PESSOA JURÍDICA
SUBELEMENTO: _____ FORNECIMENTO DE _____
FONTE DE RECURSO: _____ RECURSOS ORDINÁRIOS

CREDOR

CÓDIGO: _____ _____ CPF/CNPJ: _____
ENDEREÇO: _____ NÚMERO: _____
BAIRRO: _____ CEP: _____
CIDADE: _____ UF: _____
Banco: **Agência:** **Conta:** **Digito:**

DESCRIÇÃO

CONTRATO ___/201_
OBJETO LICITADO:_____.

VALORES

SALDO DA DOTAÇÃO: _____
VALOR DO EMPENHO: _____
SALDO ATUAL: _____

EMPENHA-SE PELA QUANTIA DE:
** _____ **

VONEY RODRIGUES GOULART PREFEITO MUNICIPAL	CLEUSA PETREKIC SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS	PATRICIA FRISTCHI SCHENKEL CONTADOR CRC MT 019424/O

Incluído por: JULIANE ELIZAMARA GRUTKA